



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil;  
CEP 64049-550

Telefones: (86) 3215-5525/ 3215-5526

**E-mail:** [assessoriaufpi@gmail.com](mailto:assessoriaufpi@gmail.com) ou [comunicacao@ufpi.edu.br](mailto:comunicacao@ufpi.edu.br)

# **BOLETIM DE SERVIÇO**

**Nº 179 – MARÇO/2022  
Resoluções Nº 232, 233, 234 e 235/2022  
(CEPEX)**

**Teresina, 23 de março de 2022**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 232 DE 23 DE MARÇO DE 2022

Aprova criação do “Curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil”, do CEAD/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;

- o Processo Nº 23111.011260/2022-35.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do “Curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil”, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Ar. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto 10.139/2019, cuja urgência se justifica devido ao prazo para submissão da Proposta ao Edital Nº 22/2022 SEB/MEC que se encerra no dia 25 de março de 2022.

Teresina, 23 de março de 2022

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS E INOVAÇÃO NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Campos de experiências e inovação na Educação Infantil, do Centro de Educação Aberta e a Distância, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA CASTELINI

Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Infantil

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Alessandra Lopes de Oliveira Castelini

Cristiana Barra Teixeira

Livia Fernanda Nery da Silva

Maria Rita Barbosa de Sousa

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 Curso

**Denominação do curso:** Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil

**Área/subárea de conhecimento:** Psicologia da Educação/Educação Infantil

**Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a Distância

**Modalidade de ensino:** Presencial

**Titulação a ser conferida:** Especialista em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil

### 1.2 Coordenação

**Nome:** Alessandra Lopes de Oliveira Castelini

**CPF:** 036.673.109-27

**SIAPE:** 2355175

**Unidade de lotação:** Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, na Coordenação de Pedagogia

**Titulação:** Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social

**Currículo *Lattes*:** <http://lattes.cnpq.br/1247821221528038>

### 1.3 Coordenação adjunta

**Nome:** Cristiana Barra Teixeira

**CPF:** 840.858.603-30

**SIAPE:** 2158081

**Unidade de lotação:** Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, na Coordenação de Pedagogia

**Titulação:** Doutora em Educação

**Currículo *Lattes*:** <http://lattes.cnpq.br/7948316349298566>

## **2. APRESENTAÇÃO**

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e ações propostas pelo Movimento de Educação Para Todos (UNESCO, 1990), percebe-se avanços nos estudos sobre a criança, suas manifestações, desenvolvimento e múltiplas dimensões, sobretudo na atuação das ciências que se debruçaram sobre o campo da infância e da criança (DIDONET, 2012). Ao refletir a história da Educação Infantil no Brasil, marcada por uma trajetória de muitas lutas (TALES, 2018), compreende a construção da concepção de infâncias profundamente históricas e culturais, visto as influências dos movimentos sociais e de educadores na sociedade, impulsionaram a adoção de políticas públicas educacionais e importantes articulações do campo da Educação e da Psicologia.

Para compreender como ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil nos contextos educativos, recorreremos aos estudos da psicologia, sobre a perspectiva histórico-cultural, apoiados na teoria de Lev Vygotsky (1896-1934), fundamentados nas ideias de mediação e internalização enquanto contribuições para refletir formas de favorecer o desenvolvimento cognitivo, pautado nos processos de interação das pessoas, com o meio social (VYGOTSKY, 1991). Neste percurso, percebe-se desde os anos 90 no Brasil, a construção de um debate na sociedade, para consolidação da Educação Infantil, com valorização da infância, dos contextos de aprendizagem e diferentes campos de experiências, visando o desenvolvimento integral, tornou-se essencial o olhar sensível e comprometido de profissionais adotando mecanismos de respeito e garantia de direitos às crianças, enquanto sujeitos de direitos que se constroem nas relações com o mundo e na interação com os outros.

Nesta perspectiva, observa-se um esforço de integração das normativas nacionais que regulamentam tanto a etapa da Educação Infantil como as de formação inicial e continuada de professores no Brasil enquanto políticas públicas educacionais articuladas, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), até o presente. Assim, cada alteração estabelecida neste percurso normativo, repercutiram na

configuração de ações e políticas educacionais de formação docente, repercutindo com amplo impacto no campo da Educação Infantil, que foi passando por reestruturações importantes na sociedade.

Sobre tais configurações, torna-se possível citar em seu art.62, a LDB (BRASIL, 1996) ao pressupor que cabe "à União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério", bem como no seu art.13, que dentre as incumbências direcionadas aos docentes, a necessidade de "zelar pela aprendizagem dos alunos", reiterado posteriormente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010), enquanto concepção que vincula o cuidar e o educar, como algo indissociável do processo educativo (BRASIL, 1996),

Neste sentido, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) apresenta diversas metas, dentre elas a Meta 15 e 16 atreladas à necessidade de ampliação e acesso a formação continuada de professores em serviço na Educação Básica, oportunizando possibilidades de "formação em nível de pós-graduação em sua área de atuação, considerando as demandas, necessidades e contextualizações dos sistemas de ensino", ampliando a formação de qualidade para os profissionais da Educação Infantil.

Recentemente, a Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019, definiu as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica - BNC-Formação Continuada, (BRASIL, 2019), a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores, reiterando o compromisso com ações de formação para professores da Educação Básica, contemplando a primeira etapa, a Educação Infantil, reafirmando mais uma vez o compromisso de manter-se em consonância com a LDB/96 (BRASIL, 1996) e o conjunto de aprendizagens essenciais que o documento normativo da BNCC (BRASIL, 2017) propõe aos estados, com possibilidade de adequações, conforme necessidades de cada região brasileira e especificidades dos alunos, entendidas enquanto direitos de todos os alunos/as.

Neste movimento, observa-se os esforços ao estabelecer a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), dentre outras disposições, especificidades relativas a Educação Infantil enquanto a primeira etapa da Educação Básica e que tem como objetivo “ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens”, sobretudo a necessidade de “contribuir para a articulação e a coordenação de políticas e ações educacionais voltadas à formação de professores”(BRASIL, 2017, p.36).

Neste sentido, oportunizar condições de formação continuada aos professores que atuam na Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação básica mobiliza essa Instituição de Ensino Superior, na possibilidade fática de priorizar a integração dos campos de experiências e práticas lúdico-pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças, por meio das colaborações do campo da psicologia da educação no processo de formação em serviço dos profissionais da educação básica. Além disso, auxiliando também, na implementação das normativas vigentes, como as DCNEIs e BNCC por meio da integralidade e interdisciplinaridade entre os campos de experiências, contemplando os direitos de aprendizagem, objetivos da Educação Infantil e inovação nas práticas de ensino, contribuindo para qualidade do atendimento das crianças até a transição para o ensino fundamental.

São eles que asseguram as condições para que as crianças “aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” conforme expostos na BNCC (BRASIL, 2017).

Deste modo, a proposta do curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil surge, portanto, tomando por base as normativas em vigência enfatizadas neste projeto pedagógico de curso até o momento, como também a Universidade Federal do Piauí desenvolve uma política institucional de pós-graduação lato sensu reconhecida no Estado do Piauí, composta por cursos que atendem as demandas da sociedade piauiense, cada vez mais ávida por formação continuada que se focaliza no momento presente na formação continuada de profissionais da educação básica. (EDUFPI, 2020).



O Curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil possui componentes curriculares distribuídos em um total de 360 horas de carga horária, sendo subdivididas em quatro módulos. Os dois primeiros módulos, correspondem à carga horária de 180 horas e subdivididos em três unidades temáticas. Os dois últimos módulos, também distribuídos dentro de uma carga horária de 180 horas, são subdivididos em cinco unidades temáticas.

Os módulos deste curso de pós-graduação são espelhados no Curso Formação para Profissionais da Educação Infantil, disponível na página do MEC, via plataforma de ensino AVAMEC (disponível em <https://avamec.mec.gov.br>), como também, no destaque dos campos de experiências estruturados na BNCC que acolhe as situações e articulação das experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, portanto com ênfase na área de psicologia da educação e subárea Educação Infantil, compreendendo-os enquanto contributos para aumentar o desenvolvimento e engajamento, potencializando a aprendizagem dos estudantes.

A relevante promoção da aproximação da Universidade Federal do Piauí por meio da Coordenação do Curso de Pedagogia no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, com estabelecido convênio com as redes de ensino local e com impacto na região, destaca-se nesse PPC do Curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil. Com a devida atenção a necessária articulação entre teoria e prática em um processo formativo inovador, este projeto prevê articulação dos campos de experiências por meio do uso pedagógico de diferentes tecnologias, das metodologias ativas e de ensinamentos híbridos e flexíveis que convidam a assumir um compromisso de sensibilizar e qualificar as práticas e discursos relativos às crianças e infâncias, tornando os espaços educativos e as práticas pedagógicas mais significativas, inclusivas, acessíveis e inovadoras, contribuindo para uma formação mais emancipatória.

Neste sentido, o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Infância em Ação estruturado no IV Módulo deste curso, pressupõe refletir o uso de tecnologias e metodologias inovadoras a partir de diferentes abordagens e integração dos campos de experiências explícitas nos documentos referenciais, valorizando as contribuições das múltiplas linguagens

do corpo, dos espaços, do tempo, da natureza e da cultura, enquanto conhecimentos que serão discutidos em atividades práticas que contemplem a observação e análise de vivências em espaços educativos e na construção e organização de um projeto de intervenção com posterior aplicação na Educação Infantil, contemplando o uso lúdico e pedagógico de diferentes tecnologias e metodologias inovadoras que favoreçam o desenvolvimento integral da criança em consonância com os direitos e objetivos de aprendizagem propostos para esta etapa.

Ao final do curso, após a integralização das disciplinas, o cursista deverá planejar e implementar um projeto inovador de intervenção na etapa da Educação Infantil e que este resultará na elaboração de um artigo científico, que deverá contemplar a Área de Psicologia da Educação, subárea de conhecimento, Educação Infantil, com apresentação oral das produções em evento evidenciando as aprendizagens conquistadas pelos cursistas, a sua capacidade de exposição de ideias, de análise e de organização e implementação de práticas inovadoras para o contexto da Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, portanto a ação será organizada para esse fim, visando estimular a criação, articulação teórico-prática, inovação e disseminação do conhecimento.

O Curso será hospedado na plataforma ambiente virtual SIGAA, sendo os componentes curriculares ofertados na modalidade presencial, contando dessa forma com atividades presenciais, síncronas e assíncronas. As disciplinas cursadas em cursos de formação realizados via plataforma AVAMEC (e que possuem compatibilidade de conteúdo e carga horária) poderão ser aproveitadas – mediante criteriosa avaliação por parte da coordenação do curso.

### **3. JUSTIFICATIVA**

Conforme já aludido, as alterações estabelecidas na LDB de 1996 (BRASIL, 1996), reiteradas pelas DCNEIs (BRASIL, 2010), em busca de alcance das Metas 15 e 16 do PNE/2014 (BRASIL, 2014) em articulação com a BNCC (BRASIL, 2017) e BNC – Formação Continuada (BRASIL, 2019), promovem mudanças consideráveis nas propostas curriculares da Educação Infantil, que embora reconhecida como direito de todas as crianças e

dever do Estado, passou a ser obrigatória para crianças de 4 e 5 anos por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, consagrando um passo importante na integração da Educação Infantil ao conjunto da Educação Básica.

Com isso, como efeito das mudanças estabelecidas, a conjuntura pede novos olhares para a Infância, com inserção de novas práticas lúdico-pedagógicas, integração dos campos de experiências, uso pedagógico de diferentes tecnologias, abordagens inovadoras, acessíveis e diferenciadas, valorização da diversidade e da inclusão, indicando a necessidade de novos saberes e vivências nos espaços educativos, que no contexto atual são requeridas, compreendendo as crianças sob perspectivas bio-psico-social, sinalizando a necessidade de articular os saberes necessários, favorecendo a difusão do conhecimento, por meio de múltiplas linguagens enquanto práticas sociais, fundamentados nas brincadeiras e interações, enquanto eixos estruturantes da BNCC (BRASIL, 2017).

O Curso de Especialização em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil surge exatamente como uma oferta possível que venha a suprir a demanda por formação continuada em serviço de profissionais da educação básica. Esta modalidade presencial de ensino, inteiramente gratuita, é uma alternativa de formação que oferece embasamentos teóricos-metodológicos para os profissionais da educação básica, de forma a contribuir com a formação crítica e atualizada a respeito dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, articulados com os saberes que os campos de experiência da Educação Infantil promovem, buscando subsidiar a formação destes profissionais, capazes de analisar situações educacionais com foco na Educação Infantil, de forma crítica e com alto potencial de intervir na sociedade, contribuindo dessa forma para a qualidade e democratização da educação brasileira.

Este curso pretende criar condições favoráveis para a construção e desenvolvimento de projetos, ações e pesquisas por meio da adoção de práticas didáticas e pedagógicas que possam, por exemplo, desenvolver nos cursistas habilidades epistemológicas e pedagógicas, ampliando condições de análise teórica do fenômeno educativo em suas múltiplas dimensões. Os objetivos propostos na matriz curricular deste curso, fortalecem a preparação para demandas pragmáticas tais como: articulação entre teoria e prática, planejamento e desenvolvimento de pesquisas voltadas a prática docente, viabilizando a aproximação da

universidade com as redes de ensino, oportunizando formação inicial e continuada de professores de forma integradora, inovadora e interdisciplinar, favorecendo o avanço das políticas públicas educacionais, do saber e do fazer educativo.

O estabelecimento de novas práticas e direcionamento da organização do trabalho pedagógico nos espaços e rotinas da Educação Infantil, considerando o campo de estudos da psicologia da educação, requer dos profissionais da educação (gestores/gestoras, coordenadores pedagógicos/coordenadoras pedagógicas, docentes etc.) que tenham acesso e oportunidades de formação e vivências inovadoras, com utilização de diferentes tecnologias formativas, possibilitando formas de expansão, criação e difusão de novas perspectivas para este novo contexto educacional.

Quando se leva em consideração a situação específica das humanidades, compreende-se que estas, por muito tempo, tiveram seus currículos, práticas pedagógicas que eram desenvolvidas sem que não houvesse dialogicidade e intercâmbio entre os diferentes campos de experiências que envolvem a primeira etapa da Educação Básica, e lidando, outrossim, com conteúdos programáticos distanciados das indissociabilidades propostas nas DCNEIs (BRASIL, 2010) entre o cuidar, educar e o brincar. Deste modo, repercute-se, na urgência das Universidades, enquanto instituições formadoras a oferta de formação de qualidade, oportunizando aos docentes da Educação Básica o acesso a cursos de formação em serviço e ações especializadas que compreendam estudos na área de psicologia da educação e subárea Educação Infantil, oportunizando novas perspectivas de aprendizagens.

O curso atende às demandas da comunidade local e da região, visto que a abrangência da UFPI/CSHNB apresenta-se como oportunidade de formação continuada aos profissionais da educação básica e como forma para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, com prática do diálogo e escuta, valorização das culturas plurais, considerando a riqueza e diversidade cultural das famílias e da comunidade local, implementando práticas lúdico-pedagógicas e ações inovadoras e inclusivas, propostas conforme legislação educacional nacional circunstanciada pela BNCC (BRASIL, 2017) e BNC – Formação Continuada (BRASIL, 2019).

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. GERAL:**

- Qualificar os profissionais da educação em campos de experiências e inovação na Educação Infantil, atendendo a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada, promovendo qualidade e equidade nas redes de ensino, incluindo também instituições não escolares que promovem políticas e práticas lúdicas e pedagógicas para a infância.

### **4.2. ESPECÍFICOS:**

- Priorizar o desenvolvimento integral das crianças por meio do campo da psicologia da educação no processo de formação em serviço dos profissionais da educação básica, potencializando as práticas lúdico-pedagógicas e experiências em múltiplas linguagens e contextos sob perspectiva histórico-cultural;

- Inovar por meio do acolhimento das situações e das experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, conforme estabelecido na BNCC nos campos de experiências da Educação Infantil, visando preencher as lacunas acadêmicas na formação interdisciplinar dos professores;

- Desenvolver a formação em serviço de profissionais da Educação Básica, dando relevância às suas especificidades por meio do uso de uma arquitetura formativa inovadora, destacando as tecnologias educacionais, as metodologias ativas e o ensino híbrido;

- Aprimorar a atitude crítico-reflexiva dos cursistas diante de suas práticas educativas, possibilitando maior articulação teórico-prática com a realidade social e educacional.

## **5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO**

Por compreender que o trabalho pedagógico desenvolvido com as infâncias não é nem deve ser competência de nenhuma disciplina específica, este Curso de Especialização em campos de experiências e inovação na Educação Infantil beneficiará uma ampla gama de profissionais, sobretudo que tenham interesse pelo tema, e destina-se a profissionais da educação (gestores/gestoras, coordenadores pedagógicos/coordenadoras pedagógicas, docentes etc.) que trabalham com a infância em diferentes espaços educativos e na etapa da Educação Infantil oferecidas em creches e escolas.

O Curso acolhe profissionais com formação mínima de graduação, bem como egressos dos cursos de áreas afins (Pedagogia, Matemática, Biologia, Educação Física, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Arte, entre outras, além de bacharéis em Psicologia, Nutrição, Publicidade e Propaganda e Enfermagem) – sejam egressos de universidades públicas, sejam egressos de universidades da rede privada.

## **6. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO**

O curso de Especialização em campos de experiências e inovação na Educação Infantil prevê uma carga horária total de 360 horas, com tempo de duração estimado em 18 meses.

## 7. CONTEÚDO

<b>Módulo</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CH</b>	<b>Ementa</b>	<b>Referências bibliográficas</b>
<b>I. Visões Múltiplas da Infância (90h)</b>	<b>- Infância e Dimensão Pedagógica;</b>	30h	Compreensão da infância a partir da análise das dimensões históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e pedagógicas que as envolvem. Reflexão acerca do processo de produção das infâncias, vivências, experiências e seus modos de educação.	ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BUJES, M. I. E. Infância e maquinarias. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. 5a ed. São Paulo: Contexto, 2006. DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. OLIVEIRA, Zilma de M.R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
	<b>- Infância, representações e Política;</b>	30h	Visão crítica da história e das políticas da educação da infância no Brasil. Políticas voltadas à infância e movimentos sociais. Legislação e educação infantil: Constituição de 1988, LDB, ECA, DCNEIs, BNCC. Estrutura e Gestão da educação infantil: demanda e clientela; formas de organização e de rede física; exigências de qualificação profissional.	BRASIL. Constituição Federal, 1988. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB/1996. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão final. Brasília: MEC, 2017. PALMA, Márcia Silva Di. Organização do Trabalho Pedagógico: Curitiba: Intersaberes, 2012. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.) . Currículo: políticas e práticas. 12.ed. Campinas: Papyrus, 2010.
	<b>-Infância e perspectivas bio-psico-social;</b>	30h	Noções de Ciclo Vital e de Psicologia do Desenvolvimento. A influência genética e ambiental no desenvolvimento humano. Desenvolvimento pré-natal e nascimento. Desenvolvimento biológico, cognitivo, psicológico e social na infância. Os campos de experiência e desenvolvimento das crianças.	BEE, Helen; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011. HOUDÉ, Olivier. Dez Lições De Psicologia E Pedagogia: uma constatação das idéias de Piaget. São Paulo: Ática, 2009. LEITE, Sérgio. Afetividade e práticas pedagógicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. MARTORELL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014. PAPALIA, D. E.. FELDMAN, R. D.. Desenvolvimento humano. 12. ed. São Paulo: AMGH, 2013. VIGOTSKI, L. S. L., A. R.. LEONTIEV, A. N.. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. SP: Ícone Editora, 2017.
	<b>- Organização no tempo e Espaço: Objetos, seu conhecimento, relações;</b>	30h	Diversos Contextos de atendimento da Educação Infantil. O Tempo e o Espaço. As Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: Vivências, experiências e possibilidades, planejamento, documentação e avaliação na	BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil. In.: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?– Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.



<b>II. Infâncias e Escolas (90h)</b>			Educação Infantil. A BNCC e os direitos de aprendizagem e campos de experiências;	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. 36p. II. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão final. Brasília: MEC, 2017. ESMERALDA., OSTETTO, Luciana. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 4 ed.. São Paulo: Papyrus, 2009. KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos. São Paulo: Ática, 2000.
	<b>- O brincar e o desenvolvimento infantil: criando suportes para a ludicidade</b>	30h	A cultura lúdica infantil. O papel dos brinquedos e brincadeiras na infância. História e origem das brincadeiras no Brasil. A influência portuguesa, negra e indígena nas brincadeiras brasileiras. O jogo e a educação. Os brinquedos e a sociedade do consumo. As brincadeiras, o brinquedo e a TV. O papel da brincadeira no desenvolvimento. Práticas lúdicas que contemplem experiências, expressividade, afetividade e a imaginação infantil situadas como possibilidades de vínculos constantes do conhecimento e da identidade.	BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Ed. 34, 2009. BROUGÈRE, G. Brinquedo e Cultura. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2006. HUIZINGA, Johan. Homo ludens. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007. KISHIMOTO, Tizuko M. (org.). O Brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
	<b>- Visibilizando as experiências das crianças: campos, saberes e competências</b>	30h	Tendências contemporâneas na Educação Infantil brasileira e estrangeira. O processo de construção do conhecimento pela criança a partir da perspectiva histórico-cultural. Campos de Experiências e Especificidades do trabalho com crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos de idade. Articular conceitos teóricos ao trabalho prático com as linguagens expressivas na educação infantil. A BNCC: campos de experiências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e competências.	FERREIRA-ROSSETTI, M. Clotilde e outros. Os Fazeres na Educação Infantil. Cortez, São Paulo, 1998. FORMOSINHO, Júlia. Modelos Curriculares para a Educação da Infância. Porto: Porto Editora, 1996. FREIRE, Madalena. A Paixão de Conhecer o Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. ROSEMBERG, Fúlvia e CAMPOS, Maria M. (org). Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte. São Paulo: Cortez, 1994. MARTINS, L. M. Especificidades do desenvolvimento afetivo-cognitivo de crianças de 4 a 6 anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (orgs) Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 63-92 MARTINS, L. M. O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (orgs) Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas, SP: Alínea, 2009. p. 93-121 MELLO, S. A. Algumas implicações pedagógicas da escola de Vygotsky para a educação infantil. Pro-Posições. Campinas, vol. 10, n. 1 (28), p. 16-27, mar. 1999.
<b>- Trabalhando com projetos na Educação Infantil</b>	15 h	Múltiplas linguagens e dimensões humanas. Conhecer e construir propostas de trabalho significativas para crianças de zero a seis anos,	BARBOSA, M. C. Silveira; HORN, Maria das Graças Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2008.	



<b>III. Infâncias e Múltiplas Linguagens (90h)</b>			em tempo integral ou parcial. Refletir sobre a centralidade do professor e sobre a importância de sua formação inicial e continuada na elaboração, implementação e avaliação de um projeto pedagógico de qualidade.	<p>BONDIOLI, A (org.) O Tempo no Cotidiano Infantil. Perspectivas de pesquisa e estudo de casos. São Paulo: Cortez, 2004</p> <p>CRAIDY, C. Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs.). (2001) Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed.</p> <p>EDWARDS, C.; GANDINI, L; FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Artmed, Porto Alegre, 1999</p> <p>FARIA, Ana L. G.; PALHARES, Marina S. (orgs.) Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: autores associados, 1999.</p> <p>FARIA, Ana Lúcia G. Educação pré-escolar e cultura: para uma Pedagogia da Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>FORMOSINHO, Júlia. Modelos Curriculares para a Educação da Infância. Porto: Porto Editora, 1996.</p> <p>NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: Uma Jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.</p>
	- <b>Infância e Arte: - Cores, formas, imagens, texturas</b>	15 h	História, ensino e representação da arte no Brasil. Arte no espaço educativo e suas áreas de expressão e percepção artística. O direito de se expressar, participar, conviver, o desenvolvimento sensível-cognitivo da criança. A postura do professor e sua forma de apreciação artística. Linguagens visuais: criação, materiais, técnicas, análise e contextualização. Orientações didáticas: campos de experiências, planejamento, metodologias e avaliação das artes visuais e suas manifestações na Educação Infantil.	<p>BARBOSA, Ana Mae (Org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>CARVALHO, R. S. de. FOCCHI, Paulo. Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017.</p> <p>LEITE, L. Ostetto/M. I. Arte, Infância E Formação De Professores: Autoria e transgressão. Rio de Janeiro: Papyrus Editora, 2004</p> <p>DORIA, Lílian Fleury; ONUKI, Gisele; DIAZ, Marília; ZAGONEL, Bernadete (Org.) . Metodologia Do Ensino De Arte: Curitiba: Intersaberes, 2013.</p> <p>PEREIRA, Katia Helena. Como Usar Artes Visuais Na Sala De Aula. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>PILLOTTO, Sílvia (Org.) Linguagens da arte na infância. Joinville, SC: Univille, 2007</p> <p>PORTO, H. G. (Org.) . Arte E Educação: 1.ed. São Paulo: Casa das ideias, 2014.</p> <p>ZAGONEL, Bernadete (Org.) . Arte Na Educação Escolar: 1.ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p>
	- <b>O corpo no tempo e no espaço: dançar, teatralizar, Sons, movimentos, ritmos</b>	15 h	Corporeidade, gestos e Movimento e suas diferentes linguagens. Aspectos e características do desenvolvimento emocional, intelectual, físico e social. Psicomotricidade funcional e relacional. Práticas psicomotoras: jogos e atividades. Jogos, brinquedos e	<p>BERTAZZO, Ivaldo. Cérebro Ativo, Reeducação Do Movimento: São Paulo: Manole, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão final. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>EDWARDS, Carolyn. Parceiro, promotor do crescimento e guia – os papéis dos professores de Reggio em ação. In: EDWARDS, Carolyn;</p>

			brincadeiras; pensamento e linguagem; interações sociais e ludicidade. A produção cultural das e para as crianças.	GANDINI, Lella; FORMAM, George. As cem linguagens da criança. Porto Alegre, ARTMED, 1999. p. 159-176 GALVÃO, I. A questão do movimento no cotidiano de uma pré-escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 98, p. 37-49, ago. 1996. GONÇALVES, M. A. S. Sentir, Pensar, Agir: corporeidade e educação. São Paulo: Papyrus, 1994. HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1993. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1999. MARINHO, Hermínia Regina Bugeste. Pedagogia do Movimento: universo lúdico e Psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.
	<b>- Explorando diferentes Linguagens: verbal, não verbal, poética, Traços, letras, palavras, textos;</b>	30h	Processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem: interface entre oralidade e escrita, escuta, fala, pensamento e imaginação. Distúrbios da linguagem. O desenvolvimento da linguagem oral e escrita como um processo bio-psico-sociocultural. A importância das interações nas relações e diferentes linguagens verbais e não verbais. Letramento e Alfabetização. Concepção de escrita como textualidade.	ADAMS, M. J. et al. Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed, 2006. COSTA, Dânia Monteiro Vieira; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. A linguagem oral como elemento integrante da brincadeira. Cadernos de Pesquisa. v. 41, n.142 jan./abr. 2011. p. 268-289 FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2010 GOODMAN, Yetta M. Como as crianças constroem a leitura e a escrita: Perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes médicas, 1995 SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Trad. Ana Maria Neto Machado. Porto Alegre: Artmed, 2003. VYGOTSKY, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
	<b>- Literatura Infantil e seus múltiplos formatos: acessível, tecnológica e inclusiva</b>	15h	Formação do repertório da Literatura infantil: contos de fadas, fábulas, mitos africanos, lendas indígenas, literatura inclusiva. Formação do leitor através da Literatura Infantil. Técnicas e tecnologias para acesso e contação de histórias. Práticas de leitura literária na Educação Infantil.	ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2007. CECCANTINI, J. Luís C.T. (org.) Leitura e literatura infanto-juvenil: memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2010. CUNHA, M. A. A. Literatura Infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2006. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história & histórias. São Paulo: Ática, 2006. MAIA, Joseane, Literatura na formação de leitores e professores. São Paulo: Paulinas, 2007.

				<p>MIGUEZ, Fátima: Nas artes manhas do imaginário infantil: o lugar da literatura na sala de aula. Rio de Janeiro: Singular, 2009.</p> <p>SILVA, Vera M. T. Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura. 2.ed.Goiânia:Cânone Editorial,2009.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2007.</p>
<b>IV. Projeto Pedagógico Infâncias em Ação (90h)</b>	<b>- Uso das tecnologias na Infância e conhecimento do mundo</b>	15h	<p>Novos paradigmas sociais e os processos de informatização e inovação da sociedade. Limites e possibilidades do uso das tecnologias na Educação Infantil como recursos facilitadores da interação, aprendizagem e desenvolvimento. Políticas públicas de acesso tecnológico na escola. Metodologias inovadoras e inserção das novas TICs nos espaços educativos.</p>	<p>CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CYSNEIROS, P. G. Novas tecnologias na sala de aula: uma melhoria do ensino ou inovação conservadora? Informática na Educação, v.12, n. 1, p.11-24, 1999.</p> <p>GOULART, C. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E. (Org.) Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, R. Informática Educativa: dos planos e discursos à sala de aula. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2006</p> <p>PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>SILVA, Marco. (Org.) Internet na escola e inclusão. In: SILVA, Marco. (Org.) Integração das tecnologias na educação. Brasília: Ministério da Educação, 2005.</p>
	<b>- Linguagens da natureza e as linguagens da cultura</b>	30h	<p>Abordagem das concepções e objetivos que norteiam diferentes linguagens e o ensino da natureza e sociedade na educação infantil. Reflexão sobre campos de experiências, vivências e estratégias didáticas que contribuam para a valorização da diversidade e ampliação dos conhecimentos da criança sobre o mundo social e natural.</p>	<p>BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.) Um Olhar Sobre A Diferença: interação, trabalho e cidadania. 11.ed. Campinas: Papirus, 2010.</p> <p>CAMPOS, M. C. C., NIGRO, R. G. Didática das Ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999.</p> <p>HARLAN, J. D. RIVKIN, M. S. Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>MEDEL, Cássia Ravena M. de A. Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>SCARDUA, V. M. Educação infantil, educação ambiental e educação em valores: uma proposta de desenvolvimento moral da criança em relação às questões ambientais. Revista FACEVV - Vila Velha - Número 4, Jan./Jun. 2010, p. 136-148</p>
	<b>- Projeto Infância em Ação</b>	30h	<p>Investigação colaborativa dos fazeres (práticas educativas/pedagógicas) no cotidiano de instituições de Educação Infantil.</p>	<p>ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001.</p>

			<p>Problematização da realidade da educação, a partir do campo educativo e dos aportes teóricos e da legislação vigente, tendo em vista o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem, conhecimentos, inovação e tecnologias enquanto habilidades e compromisso inerente à profissão docente. Planejamento, organização e implementação de projeto de intervenção na Educação Infantil. Socialização das ações e produção de um artigo científico com os resultados da pesquisa, para posterior divulgação e contribuição científica na área.</p>	<p>BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2006.          BASÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.          CRUZ, S.H.V. (Org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008          DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 1996.          FARIA, A. L. G.; MELLO, S. A. (org.). Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. Araraquara/SP. 2007.          GOMES, M. O. Formação de professores de Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2009.          NICOLAU, M. L. M; DIAS, M. C. M. Oficinas de sonho e realidade na formação do educador de infância. São Paulo: Papirus, 2003</p>
	<p><b>- Orientação para Projeto Intervenção e a Produção do artigo científico</b></p>	<p>15h</p>	<p>Conceito de projeto. Concepções de trabalho interdisciplinar com projetos. Pedagogia de projetos: estrutura e planejamento. Características de um projeto. A integração dos campos de experiência da BNCC em um projeto. Análise de projetos elaborados e desenvolvidos no contexto educativo da Educação Infantil. Planejamento, estrutura, organização e etapas de um projeto de intervenção a serem desenvolvidos nos contextos educativos de intervenção pelos cursistas. Trabalho Final em formato de artigo científico a partir dos resultados encontrados no Projeto de Intervenção inovador no espaço educativo pelos cursistas, contemplando a área de Psicologia da Educação, subárea de conhecimento, Educação Infantil.</p>	<p>BARBOSA, M. C. Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.          LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.          NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.          PALMA, Márcia Silva Di. Organização Do Trabalho Pedagógico: Curitiba: Intersaberes, 2012          TOZETTO, Susana Soares (Org.) . Professores em Formação: saberes, práticas e desafios. Curitiba: InterSaberes, 2015.</p>

## 8. CORPO DOCENTE

<b>Docente</b>	<b>CPF</b>	<b>Disciplina(s)</b>	<b>Titulação</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Currículo <i>Lattes</i></b>
<b>ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA CASTELINI</b>	036.673.109-27	- O brincar e o desenvolvimento infantil: criando suportes para a ludicidade (30h); - Projeto Infância em Ação (30h);	Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social	UFPI/CSHNB	<a href="http://lattes.cnpq.br/1247821221528038">http://lattes.cnpq.br/1247821221528038</a>
<b>CRISTIANA BARRA TEIXEIRA</b>	840.858.603-30	- Infância e Dimensão Pedagógica (30h); -Trabalhando com projetos na Educação Infantil (15h);	Doutorado em Educação	UFPI/CSHNB	<a href="http://lattes.cnpq.br/7948316349298566">http://lattes.cnpq.br/7948316349298566</a>
<b>CARLA ANDRÉA SILVA</b>	934.996.983-15	- Infância e perspectivas bio-psico-social (30h); - Organização no tempo e Espaço: Objetos, seu conhecimento, relações (30h);	Doutorado em Educação com ênfase em Psicologia da Educação	UFPI/CAFS	<a href="http://lattes.cnpq.br/5881902688945746">http://lattes.cnpq.br/5881902688945746</a>
<b>MARIA CARMEM BEZERRA LIMA</b>	304.908.203-87	-Infância, representações e Política (30h); - Infância e Arte: Cores, formas, imagens, texturas (15h);	Doutorado em Educação	UESPI/Picos	<a href="http://lattes.cnpq.br/0976388342671992">http://lattes.cnpq.br/0976388342671992</a>
<b>MARTTEM COSTA SANTANA</b>	776.046.285-71	-Uso das tecnologias na Infância e conhecimento do mundo (15h); -Visibilizando as experiências das	Doutorado em Tecnologia e Sociedade	UFPI/CAFS	<a href="http://lattes.cnpq.br/2609398095194155">http://lattes.cnpq.br/2609398095194155</a>

		crianças: campos, saberes e competências (30h);			
<b>AUCÉLIA VIEIRA RAMOS</b>	661.863.313-34	-Explorando diferentes Linguagens: verbal, não verbal, poética, Traços, letras, palavras, textos (30h);	Doutorado em Linguística	UFPI/CSHNB	<a href="http://lattes.cnpq.br/4576544729592225">http://lattes.cnpq.br/4576544729592225</a>
<b>JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO</b>	027.065.093-84	- Orientação para Projeto Intervenção e a Produção do artigo científico (15h);	Doutorado em Linguística	UFPI/CSHNB	<a href="http://lattes.cnpq.br/3532936503287691">http://lattes.cnpq.br/3532936503287691</a>
<b>PATRICIA DA CUNHA GONZAGA SILVA</b>	954.987.613-68	-Linguagens da natureza e as linguagens da cultura (30h);	Doutorado em Educação	UFPI/CSHNB	<a href="http://lattes.cnpq.br/5147194594187454">http://lattes.cnpq.br/5147194594187454</a>
<b>ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ</b>	440.576.877-34	-Literatura Infantil e seus múltiplos formatos: acessível, tecnológica e inclusiva (15h)	Doutorado em Língua Portuguesa	UPE/UNICAP	<a href="http://lattes.cnpq.br/5163989360351447">http://lattes.cnpq.br/5163989360351447</a>

## **9. METODOLOGIA**

A metodologia de ensino-aprendizagem do curso pauta-se na articulação entre teoria e prática. Os componentes curriculares oferecidos contemplam a integralização dos campos de experiências que fornecem a base teórico-prática necessária para que o profissional que busca qualificação em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil possa atuar nos espaços educativos de acordo com os documentos oficiais que regem a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada (BRASIL, 2019).

O corpo docente, formado por doutores com a devida qualificação, encarrega-se da elaboração de materiais pedagógicos contextualizados de acordo com as peculiaridades de cada componente curricular, valorizando as oportunidades de desenvolvimento didático, tecnológico e do trabalho interdisciplinar, mediando os processos de ensino e aprendizagem, visando com que o ensino se traduza em aprendizagem com reflexão crítica e coletiva (LIBÂNEO, 2014) mobilizando adoção de práticas pedagógicas inovadoras e que valorizam as infâncias, com finalidade de contribuir para o aprimoramento do padrão científico e didático da Universidade, das instituições da rede de Educação Básica e do sistema educacional.

Para isso, são considerados os interesses dos cursistas atendidos, suas condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção e de suas práticas de ensino com base na especificidade do curso, promovendo uma reflexão crítica sobre a prática.

Os estudantes, ao final do curso, deverão elaborar um trabalho final em formato de artigo científico a partir da aplicação de um projeto de intervenção inovador em espaços educativos que atendem a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, que deverá contemplar a Área de Psicologia da Educação, subárea de conhecimento, Educação Infantil, com apresentação oral das produções em evento, evidenciando as aprendizagens conquistadas pelos cursistas, a sua capacidade de exposição de ideias, de análise e de organização e implementação de práticas inovadoras para o contexto da primeira etapa da educação básica, portanto a ação será organizada para esse fim, visando estimular a criação, articulação teórico-prática, inovação e disseminação do conhecimento.



Os dez melhores artigos trabalhos serão incluídos em uma coletânea de artigos, dando evidência ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares pelo Projeto em Rede: UFPI, UESPI e UNICAP.

## **10. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA**

Para a realização da pós-graduação Lato Sensu em Campos de Experiências e Inovação na Educação Infantil, a Universidade Federal do Piauí - UFPI no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, junto com a Coordenação de Pedagogia, disporá em consonância com as normas previstas no referido Campus, de uma sala de coordenação, apoio presencial com sala de aula, laboratório de informática e de outros espaços físicos, como o auditório, pátio central e sala de reuniões para o atendimento dos cursistas.

## **11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação deve ser considerada como um importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho, promovendo as adequações necessárias visando a transformação da realidade avaliada.

Nesse sentido, toma-se a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, busca-se desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e que se caracterize como diagnóstico, potencializando o fazer formativo.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos cursistas, utiliza-se as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela tem caráter diagnóstico, formativo e somatório.

O uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos requer procedimentos de avaliação da aprendizagem dos cursistas em seu desenvolvimento integral por meio de instrumentos avaliativos formativos os mais variados



possível, entre eles: Portfólios, Rubricas, Autoavaliações, Observação, Documentação Pedagógica, Feedbacks, Estudos dirigidos, considerando o estudante como protagonista do processo de aprendizagem, mantendo a coerência neste processo formativo construído com base na homologia de processos BNCC (Brasil, 2017) e BNC-Formação Continuada (Brasil, 2019), ou seja, que os cursistas vivenciem experiências semelhantes àquelas que realizarão com os seus estudantes da Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica.

A aplicação e registro da avaliação discente em disciplinas está fundamentada de acordo com o artigo 4º da Resolução 181/2021 parágrafo 2: “A integralização do currículo poderá ocorrer mediante a realização de atividades acadêmico-pedagógicas ou por meio de aproveitamento de estudos, sem obrigatoriedade de Trabalho de Conclusão de Curso”.

Prevê ainda que:

§3º. O aproveitamento de estudos se restringe aos egressos dos cursos de aperfeiçoamento promovidos no âmbito do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC.

§4º. O aproveitamento de estudos poderá ser total ou parcial em relação à carga horária do Curso de Especialização, ficando condicionado à apresentação de certificado de conclusão de curso de aperfeiçoamento promovido no âmbito do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC.

§5º. A validação do aproveitamento de estudos fica condicionada à compatibilidade de, no mínimo, 75% da carga horária e do programa de ensino dos cursos de aperfeiçoamento profissional realizados pelo aluno no MEC e do Curso de Especialização em que estiver matriculado na UFPI.

## **12. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO**

A certificação será realizada conforme prevê a Resolução 181/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: Art. 8º. A certificação dos alunos será feita pela UFPI, em formato digital, considerando as especificidades dos Cursos de Especialização criados e

ofertados pelo CEAD/UFPI, no âmbito do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC.

§1º. Fará jus ao certificado de conclusão do Curso de Especialização o aluno que integralizar o currículo mediante realização das atividades acadêmico-pedagógicas propostas, ou por meio de aproveitamento de estudos total ou parcial em relação à carga horária do curso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Resolução n.1, de 2 de julho de 2019**. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019b.

DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil e na América Latina: um desafio diante das múltiplas infâncias**. In: ANGOTTI, M. (org.) Educação Infantil em diálogos. Campinas: Alínea, 2012.p.139-154.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

TALES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024/** Universidade Federal do Piauí. - Teresina: EDUFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX. **Resolução N° 181, de 23 de dezembro de 2021.** Regulamenta a criação e oferta de vagas em Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, a nível de Especialização, realizados pelo CEAD/UFPI, por meio do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC na Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Teresina, 2021.

VIGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: LURIA, A. R. et al. Psicologia e pedagogia: Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.v.12. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

Plataforma de ensino AVAMEC. **Curso Formação para Profissionais da Educação Infantil,** disponível na página do MEC em [https://avamec.mec.gov.br /](https://avamec.mec.gov.br/).



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 233 DE 23 DE MARÇO DE 2022

Aprova criação do “Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar”, do CEAD/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;

- o Processo Nº 23111.012245/2022-18.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do “Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar”, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Ar. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto 10.139/2019, cuja urgência se justifica devido ao prazo para submissão da Proposta ao Edital Nº 22/2022 SEB/MEC que se encerra no dia 25 de março de 2022.

Teresina, 23 de março de 2022

  
GILDASIO GUÊDES FERNANDES

Reitor

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURA DIGITAL E INOVAÇÃO ESCOLAR**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar, do Centro de Educação Aberta e a Distância, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

CÍCERO DE BRITO NOGUEIRA

Coordenador(a) do Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

CÍCERO DE BRITO NOGUEIRA

GRASIELA VIANA SOUSA

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

MARIA RITA BARBOSA DE SOUSA

REIA SILVA RIOS MAGALHÃES

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 Curso

**Denominação do curso:** Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar.

**Área/subárea de conhecimento:** Metodologias e Inovações/Formações de Professores na Cultura Digital.

**Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a Distância

**Modalidade de ensino:** Presencial

**Titulação a ser conferida:** Especialista em Cultura Digital e Inovação Escolar.

### 1.2 Coordenação

**Nome:** Cícero de Brito Nogueira

**CPF:** 526.779.823-15

**SIAPE:** 2478566

**Unidade de lotação:** Centro de Ciências da Educação - CCE

**Titulação:** Mestre em História do Brasil

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5521233314318223>

### 1.3 Secretário(a) Geral

**Nome:** Grasiela Viana Sousa

**CPF:** 649.317.653-00

**Titulação:** Especialista em Docência do Ensino Superior

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3581758686840106>

## 2. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí desenvolve uma política institucional de pós-graduação lato sensu reconhecida no Estado do Piauí, composta por cursos que atendem as demandas da sociedade piauiense, cada vez mais ávida por formação continuada que se focaliza no momento presente na formação continuada de profissionais da educação básica. (EDUFPI, 2020)

A Lei Nº 9.394/1996 de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), desde o ano de sua publicação e sanção (1996) até o presente, veio sofrendo alguns acréscimos e recebendo

modificações importantes. Cada acréscimo e/ou modificação estabelecida, a configuração dos currículos escolares veio passando por reestruturações. Uma dessas reformulações mais recentes foi a ocorrida a partir da Lei Nº 13.415/2017 que alterou parte da LDB e promoveu modificações estruturais no ensino médio como um todo. O assim chamado novo ensino médio nasce como possibilidade fática de trabalhar áreas do conhecimento e não mais por disciplinas – os conteúdos se articulariam dialogicamente em quatro grandes áreas do conhecimento: (i) Linguagens e suas Tecnologias; (ii) Matemática e suas tecnologias; (iii) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; (iv) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) também sofreram alterações e com isso toda a política de formação de professores precisa se adequar aos novos tempos. Ademais, aparecem as recomendações de fortalecimento e interligação dos docentes da instituição formadora e os professores das redes de ensino, promovendo uma ponte orgânica entre o Ensino Superior e a Educação Básica.

No Desenvolvimento integral dos docentes para se manter a coerência, são recomendados também, que esses processos formativos sejam construídos com base na homologia de processos, ou seja, que os educadores cursistas possam vivenciar experiências semelhantes àquelas que realizarão com os estudantes. A formação de professores, em nível superior, e sua constante formação continuada em direção à pós-graduação, é um ponto importante na política nacional de educação. Segundo a Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, Cap. II, art. 4º, a Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como essencial para sua profissionalização. O professor como agente formativo de conhecimento e mobilizador de transformação necessita de constante atualização frente aos desafios educacionais que a contemporaneidade apresenta.

A Base Nacional Comum Curricular determina que as escolas da educação básica devem se incumbir da formação do sujeito por meio do desenvolvimento de dez competências. Dentre elas se encontra a Competência Cultura Digital, competência geral 5: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BNCC, 2018).



Portanto, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Cultura Digital e Inovação Escolar é um anseio da própria comunidade escolar participar desse ciclo de atualizações e desenvolver novas metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras no espaço escolar. O processo de Seleção dos Cursistas acontecerá por meio de Edital a ser amplamente divulgado por meio dos diversos canais de comunicação da UFPI à sociedade piauiense.

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Cultura Digital e Inovação Escolar tem seus componentes curriculares distribuídos em uma carga horária total de 390 horas, sendo subdividido em três módulos. O Módulo I possui 105 horas com disciplinas introdutórias e organizacionais a respeito da temática geral da pós-graduação, relacionando teoria e prática. A ideia é estabelecer e ampliar o entendimento sobre o campo digital comunicativo e educativo. O Módulo II traz 135 horas que compreendem disciplinas que discutem o currículo, a gestão, as metodologias, as novas tecnologias e o uso do cyberspaço como nova ambiência inteligível educacional. O módulo III conta com carga horária de 150 horas, mesclando disciplinas práticas e teórico-práticas para a construção das competências em educação na cultura digital. Os três módulos da Pós - graduação possuem disciplinas com espelhamentos no Curso Formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, disponível na página do MEC, via plataforma de ensino AVAMEC (disponível em <https://avamec.mec.gov.br>).

### **3. JUSTIFICATIVA**

Conforme já aludido, as alterações estabelecidas na LDB de 1996 (provocadas pela Lei Nº 13.415/2017) promovem mudanças consideráveis nas propostas curriculares do ensino médio. Com isso, como efeito das mudanças estabelecidas, a conjuntura pede novas práticas pedagógicas, novos modelos didáticos inovadores, abordagens diferentes e diferenciadas; novas vivências no espaço escolar são requeridas; há a necessidade de estabelecer conteúdos e práticas didáticas e pedagógicas que possam, por exemplo, desenvolver no corpo discente habilidades epistemológicas e preparação para demandas pragmáticas tais como formação profissional continuada em serviço.

Também é importante que novos conhecimentos e práticas sejam construídos coletivamente, para que gerem identificação e tenham sentido para gestores e professores. Saberes e experiências acumulados pela rede e por seus integrantes são considerados neste

curso Lato Sensu, assim como dados e evidências que respaldem as escolhas feitas, para que se tenha qualidade, efetividade e alcancem os resultados desejados.

O estabelecimento de uma nova conjuntura nas rotinas escolares requer dos profissionais da educação (gestores/gestoras, coordenadores pedagógicos/coordenadoras pedagógicas, docentes etc.) que esses profissionais, em um relativo curto tempo, passem por processos de formação dinâmico e inovador – tendo exatamente em perspectiva o novo contexto educacional constituído. Há a urgência por parte dos docentes em ter acesso a cursos de formação continuada que venham a sanar a necessidade de vivências pedagógicas formativas tragam evidências de aprendizagem dos cursistas à nova situação educacional nacional circunstanciada pela Lei Nº 13.415/2017.

A Resolução CNE/CP Nº. 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, Cap. II, no Art. 7º que versa sobre a formação continuada de professores, com vistas à melhoria da prática docente, destaca não só o domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo, mas também, o uso de metodologias ativas de aprendizagem e o trabalho colaborativo.“(…) entre as diferentes atividades de uso de metodologias ativas estão: a pesquisa-ação, o processo de construção de materiais para as aulas, o uso de artefatos dos próprios discentes para reflexão docente, o aprendizado em cima do planejamento de aulas dos professores.” (BRASIL, 2020, p. 05)

O Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar surge exatamente como uma oferta possível que venha a suprir a demanda por formação continuada em serviço de profissionais da educação básica. Esta modalidade presencial de ensino, inteiramente gratuita, é uma alternativa de formação que oferece embasamentos teóricos-metodológicos para os profissionais da educação básica, de forma a atualizá-los com métodos e ambientes digitais, visando o crescente contato com o universo e a cultura digital no cotidiano social.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. GERAL:**

- Capacitar profissionais da educação básica em Cultura Digital e Inovação Escolar, atendendo a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada, promovendo qualidade e equidade no processo de ensino e aprendizagem nas redes de ensino pública.

#### **4.2. ESPECÍFICOS:**

- Desenvolver a formação em serviço de profissionais da Educação Básica, dando relevância às suas especificidades por meio do uso de uma arquitetura formativa inovadora, destacando as tecnologias educacionais, as metodologias ativas, o ensino híbrido e o empreendedorismo.
- Incluir docentes e discentes na relação orgânica da Universidade e da Educação Básica diante do processo de implantação da BNCC nos diversos níveis e modalidades de ensino, por meio de ambientes digitais de aprendizagem, fortalecendo a educação e cultura no Estado do Piauí.
- Desenvolver o uso de tecnologias digitais e mídias em sala de aula da Educação Básica e de Pós-graduação Lato Sensu no Piauí, promovendo o uso pedagógico das tecnologias e das metodologias ativas para o ensino híbrido e presencial.
- Inovar na formação dos professores na vivência prática na escola básica a partir da promoção do estudo da Cultura Digital, visando preencher as lacunas acadêmicas na formação interdisciplinar dos professores.
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

#### **5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO**

O curso de pós-graduação Lato Sensu em Cultura Digital e Inovação Escolar destina-se aos profissionais da educação básica que possuem formação mínima de graduação em Educação em quaisquer Licenciaturas e bacharelados, os quais desenvolverão a sua formação em serviço, na perspectiva de cumprir a BNC-Formação Continuada de profissionais da Educação Básica, dando relevância às especificidades de atendimento de seus discentes com maior eficácia no processo de ensino e aprendizagem, além de se tornarem presentes nos ambientes digitais de aprendizagem, fortalecendo a educação e cultura no Estado do Piauí.

Em virtude dos constantes avanços das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que impactam diretamente no processo de ensino e aprendizagem, faz-se de extrema importância a capacitação por parte dos professores em relação ao uso das novas tecnologias para que estes possam utilizar tais ferramentas em sala de aula, tornando o dia a dia no espaço escolar mais dinâmico e atrativo junto aos alunos. Com o advento das TICs, as formas de interação educativa dos sujeitos não são mais as mesmas, ensejando a adoção de Metodologias Inovadoras de ensino que se adequem ao momento atual e às novas necessidades e interesses do público discente protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, considerando a Base Comum Curricular Nacional (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Diante do exposto, a presente pós-graduação se apresenta como uma grande oportunidade para que os professores da rede pública estadual, bem como a comunidade docente em geral, possam se atualizar em relação ao processo simbiótico que envolve educação e comunicação.

## **6. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO**

O Módulo I possui 105 horas com disciplinas introdutórias e organizacionais a respeito da temática geral da pós-graduação. O Módulo II traz 135 horas que compreendem disciplinas que discutem o currículo, a gestão, as metodologias, as novas tecnologias e o uso do cyberspaço como nova ambiência intelegível educacional. O módulo III conta com carga horária de 150 horas, mesclando disciplinas práticas e teórico-práticas para a construção das competências em educação na cultura digital, com duração de até 18 meses. Em síntese fica estabelecido:

Carga Horária do Módulo I: ..... 105 horas  
Carga Horária do Módulo II:..... 135 horas  
Carga Horária do Módulo III:..... 150 horas  
**Carga Horária Total do Curso:..... 390 horas**

## 7. CONTEÚDO

Módulo	Disciplina	CH	Ementa	Referências bibliográficas
Módulo I	Noções básicas de informática	30	Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho, tecnologias e mercado de trabalho, Sistema operacional Windows, Editor de texto Word, Navegador Internet Explorer, Linux, Editor de texto Word, navegador Mozilla Firefox. Uso de programas de manipulação de imagem open source. Ferramentas digitais para acompanhamento de atividades online e gerenciamento de turmas virtuais.	MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, Pio Armando. <b>Informática</b> : conceitos e aplicações. 3.ed. São Paulo: Érica, 2008.  MORGADO, Flavio Eduardo Frony. <b>Formatando teses e monografias com BrOffice</b> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.  TAJRA, Sanmya Feitosa. <b>Informática na educação: O uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas</b> . Editora, Érica, 2018.  VIEIRA, Thyago Pablllo Otaviano. <b>Atividades para o ensino remoto com o Google Sala de Aula e o Google Formulário</b> . 2021. ebook Kindle.
	Inovação, Comunicação e Educação na Cultura Digital	45	Introdução à cultura digital e ao ambiente virtual na aprendizagem. Relações tecnologia e cultura e Inovação. A escola na cultura digital. Princípios básicos de comunicação, teorias de comunicação, produção de sentido no processo de comunicação, uso da linguagem em sala de aula digital, cultura digital e educação.	ALMEIDA, M.E.B <b>Inclusão digital do professor – formação e prática pedagógica</b> . São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 2004.  BRASIL: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Brasília – DF. Diário Oficial da União nº 248 de 23/12/96.  ____. Resolução 181/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.  LÉVY, P. <b>Cibercultura</b> . Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

				<p>JENKINS, Henry, GREEN, Joshua e FORD Sam. <b>Cultura da Conexão</b> – criando valor e significado por da mídia propagável. São Paulo, Editora Aleph, 2014.</p> <p>RECUERO, Raquel. <b>Redes sociais na internet</b>. Sulina, 2009.</p> <p>TAPSCOTT, Don. <b>A Hora da Geração Digital</b>. Rio de Janeiro, Agir Negócios, 2010.</p> <p>VALENTE, J.A; <b>A Espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação</b>: repensando conceitos. In: JOLY, M.C. (Ed.) Tecnologia no Ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, p. 15-37, 2002</p>
	Cultura Digital: aprendizagem em Rede no Coletivo escolar	30	<p>Perspectivas pedagógicas e princípios para aprendizagem em rede digital integradas ao Currículo. A pesquisa e a prática pedagógica como elementos articuladores do Plano de Ação Coletivo da Escola. O professor a partir da reflexão das experiências vivenciadas na Cultura Digital. Aportes para a construção e análise de práticas pedagógicas com o uso das TDIC. A integração das TDIC com as áreas de conhecimento específico.</p>	<p>COLL, C.; NONERO, C. (org.) <b>Psicologia da Educação Virtual</b>: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação a da Comunicação. Artmed. Porto Alegre, 2010.</p> <p>FANTIN, Monica. <b>Mídia-Educação no currículo e na formação inicial dos professores</b>. Cultura digital e escola. Pesquisa e formação de professores. São Paulo: Papirus, 2012. P. 57-92.</p> <p>MAGDALENA, Beatriz Corso; MESSA, Marcelo Rovani P. <b>Educação a distância e internet em sala de aula</b>. Disponível em: <a href="http://www.unidavi.edu.br/~afischer/ontente/2002-Sep-27_19-52-53.pdf">http://www.unidavi.edu.br/~afischer/ontente/2002-Sep-27_19-52-53.pdf</a></p>

				<p>NEVADO, R. A., MENEZES, C. S., CARVALHO, M. J. S (2006) <b>Educação a distância mediada pela Internet:</b> uma abordagem interdisciplinar na formação docente. <i>RENOTE</i>, V4, n.2, p.1-11. Disponível em: &lt;<a href="http://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/14294/8211">http://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/14294/8211</a>&gt; Acesso em: 09 ago 2011.</p> <p>RODRIGUES, Maria Bernadette Castro. <b>Planejamento:</b> em busca de caminhos. In: XAVIER, Maria Luisa Merino; DALLA ZEN, Maria Isabel. (orgs.). <i>Planejamento em Destaque. Cadernos de Educação Básica.</i> Porto Alegre: Mediação, 2003. (disponível em digital).</p> <p>VALENTE, J; BUSTAMANTE, S. (Org). <b>Educação a Distância:</b> prática e formação do profissional reflexivo. AVERCAMP, S.P., 2009.</p>
<b>Módulo II</b>	<p>Currículo e Metodologia da Avaliação em ambientes digitais</p>	30	<p>Currículo. Tecnologias. Narrativas digitais curriculares. História da integração entre o currículo e as tecnologias digitais de informação e comunicação – TDIC na educação brasileira. Integração das TDIC ao desenvolvimento do currículo. Estágios de apropriação tecnológica e pedagógica. Avaliação e medida educacional. A avaliação do processo educativo: natureza, concepções, procedimentos. Técnicas e instrumentos de avaliação em rede. Perspectivas</p>	<p>ALMEIDA, Maria Elizabeth B.; VALENTE, José A. <b>Integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais.</b> <i>Currículo sem Fronteiras</i>, v. 12, n. 3, p. 57-82, Set/Dez 2012. Disponível em: <a href="http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/almeida-valente.pdf">http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/almeida-valente.pdf</a> (Acesso em fev 2013).</p> <p>BORGES, Marilene A. F. <b>Apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos gestores educacionais.</b> 2009. 321f. Tese de Doutorado em</p>



			<p>da avaliação em rede, atuais da avaliação da aprendizagem.</p>	<p>Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.</p> <p>BRASIL: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Brasília – DF. Diário Oficial da União nº 248 de 23/12/96.</p> <p>____. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/</a></p> <p>____. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.</p> <p>____. Ministério da Educação, CNE/CEB: Resolução CNE/CP Nº 1/2021, (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica ). Brasília, 2021.</p> <p>____. Resolução CNE/CP Nº 3, de 21 de novembro de 2018, (Atualiza Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio ). Brasília, 2018.</p> <p><b>GALVÃO, C. Narrativas em Educação.</b> Ciência &amp; Educação, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132005000200013">http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132005000200013</a>. (Acesso em: fev de 2013).</p>
--	--	--	---	---



				<p>GIMENO SACRISTÁN, J. <b>Currículo:</b> os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: GIMENO</p> <p>GOODSON, I. <b>Currículo, narrativa e o futuro social.</b> Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 35, mai/ago, 2008. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf</a>. (Acesso em: fev 2013).</p> <p>LEMOS, André. <b>As estruturas antropológicas do ciberespaço.</b> Textos de Cultura e Comunicação. N. 35, Julho de 1996. Disponível em: &lt; <a href="http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html">http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/estrcy1.html</a> &gt;. Acessado em 17 de agosto de 2001.</p> <p>LÉVY, Pierre. <b>A inteligência coletiva:</b> por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.</p> <p>SACRISTAN, J; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998, 4ª ed. – pp. 119-148.</p> <p>RAMAL, Andréa Cecília. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>
			<p>Conceitos básicos, a cibercultura e o ciberespaço, as comunidades virtuais, o paradigma colaborativo, softwares, práticas sociais midiáticas, identidade na cibercultura, redes sociais, AVAs, netiquetas.</p>	<p>BISCHALQUIN, Ana Carolina Silva; ALMEIDA, Marco Antônio de. <b>Apropriações sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação.</b> In: InCID: R.Ci. Inf. E Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 193-207, jan./jun. 2011.</p>

	Cibercultura e Inteligência coletiva	30		<p>JENKINS, Henry. <b>Cultura da Convergência</b>. São Paulo: Aleph, 2008.</p> <p>LEMOS, André. <b>Cibercultura</b>: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002. (p.13-27)</p>
	Formação de educadores na Cultura Digital	15	Contexto atual das Formações Proinfo e do panorama de apropriação das TDIC nas escolas brasileiras. Desafios da formação continuada para educadores na cultura digital. Problematização do papel dos profissionais da educação na formação para integração das TDIC ao currículo no contexto da cultura digital.	<p>ALMEIDA, M.E. B; SILVA, Maria da Graça Moreira. <b>Currículo, tecnologia e cultura digital</b>: espaços e tempos de web currículo. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7, n.1, abril de 2011.</p> <p>BORGES, Marilene A. F. <b>Apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos gestores educacionais</b>. 2009. 321f. Tese de Doutorado em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.</p> <p>BRASIL. Resolução CNP/CP N° 4, de 17 de dezembro de 2018, (Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília, 2018.</p> <p>____. Ministério da Educação. Portaria MEC N° 1.432/2018, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2018.</p> <p>____. Resolução 181/2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>

			<p>CASTELLS, Manuel, <b>Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet</b>. Zahar, 2013.</p> <p>CAVALLO, D (2004). <b>Models of growth</b> — towards fundamental change in learning environments. BT Technology Journal, Vol. 22, No 4. October:96-112. Disponível em: <a href="http://web.media.mit.edu/~walter/bttj/Paper11Pages96-112.pdf">http://web.media.mit.edu/~walter/bttj/Paper11Pages96-112.pdf</a>. Acesso em: mai. 2010.</p> <p>CETDIC (2011). <b>Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras</b> – TDIC Educação 2011. Disponível em: <a href="http://www.cetic.br/educacao/2011/index.htm">http://www.cetic.br/educacao/2011/index.htm</a>. Acesso em: jun. 2011.</p> <p>UNESCO. <b>Information and communication technology in education</b> – a curriculum for schools and programs of teacher development. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2002. Disponível em: <a href="http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129538e.pdf">http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001295/129538e.pdf</a>. Acesso em: fev. 2013.</p>
		<p>Conceitos básicos de gestão, planejamento e elaboração de projetos em rede, gestão humana mediada por computador. Gestão Integrada das TDIC na Escola; Gestão da Escola com o uso das TDIC; Gestão do tempo e dos espaços escolares na cultura digital; Análise de problemas</p>	<p>ALMEIDA, M.E.B.; ALONSO, M. (orgs). <b>Tecnologias na formação e na gestão escolar</b>. São Paulo: Avercamp, 2007.</p> <p>LÜCK, H. <b>A escola participativa: o trabalho de gestor escolar</b>. Rio de Janeiro, DP&amp;A, 4ª edição, 2000.</p>

	Gestão Escolar na Cultura Digital	30	evidenciados com o uso das TDIC na escola e estratégias de solução; Gestão e liderança; Planejamento Estratégico; Visão articuladora administrativa, pedagógica e tecnológica.	<p>MORAN, José. <b>Gestão inovadora das escolas com tecnologia.</b> In: VIEIRA, Alexandre (org.). Gestão educacional e tecnologia. São Paulo, Avercamp, 2003. Páginas 151-164.</p> <p>PAZETO, A. E. <b>Participação:</b> exigências para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização. In: Em Aberto, v 17, nº 72, fev/jun 2000. P.163-166.</p> <p>RIOS, Carneiro Mirivan. <b>O Gestor escolar e as novas tecnologias.</b> Ano 2011. Disponível em: &amp;lt; <a href="http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2011/gest_tec.pdf">http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2011/gest_tec.pdf</a> &amp;gt; Acesso em: 15 de dezembro de 2014.</p>
	Metodologia do ensino na Cultura Digital	30	A função Social e Educacional da Didática; perspectivas teóricas e práticas da Didática; Cenários de inovação para a educação na sociedade digital; o docente e o seu trabalho na sala de aula digital; desafios e perspectivas da educação em rede; a importância do planejamento na educação em rede, ensino fundamental e médio: posicionamento crítico e reflexivo da educação em rede; a organização e o desenvolvimento do processo ensino e de aprendizagem: a elaboração dos planos de aula e os projetos e programas que visam a melhoria da aprendizagem em rede; os objetivos do processo de ensino, os conteúdos escolares as estratégias de	<p>ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de, DIAS, Paulo e SILVA, Bento Duarte da (org.). <b>Cenários de inovação para a educação na sociedade digital.</b> São Paulo : Edições Loyola, 2013. Disponível em: <a href="https://webcurriculo.files.wordpress.com/2014/02/13931_01ed_cenarios-de-inovacao-para-a-educacao_mkt.pdf">https://webcurriculo.files.wordpress.com/2014/02/13931_01ed_cenarios-de-inovacao-para-a-educacao_mkt.pdf</a> . Acesso em: 05 de março de 2022.</p> <p>BRASIL: Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Brasília – DF. Diário Oficial da União nº 248 de 23/12/96.</p>

		<p>ensino e aprendizagem; as interações em rede: a relação dos professores com os alunos; a didática e a interdisciplinaridade.</p>	<p>___ .Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/</a></p> <p>___ . Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.</p> <p>___ . Ministério da Educação, CNE/CEB: Resolução CNE/CP Nº 1/2021, (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica ). Brasília, 2021.</p> <p>___ . Resolução CNP/CP Nº 3, de 21 de novembro de 2018, (Atualiza Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio ). Brasília, 2018.</p> <p>___ . Resolução CNP/CP Nº 4, de 17 de dezembro de 2018, (Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília, 2018.</p> <p>MORAN, Juan Manuel. <b>Educação e Tecnologias: Mudar para valer!</b> Disponível em: &lt;<a href="http://www.eca.usp.br/prof/moran/educatec.html">http://www.eca.usp.br/prof/moran/educatec.html</a>&gt;. 31 ago 2004.</p>
--	--	---	---

				<p>RAMAL, Andréa Cecília. <b>Educação na cibercultura:</b> hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; GHISI, Silvano. <b>Sociedade da Informação e Cibercultura:</b> a sociedade em rede e as mídias interativas no contexto escolar. Disponível em &lt;<a href="http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=bab2a4505dc27eff">http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=bab2a4505dc27eff</a>&gt; Acesso em: 15 out. 2016.</p>
Módulo III	Teoria e prática em AVAs I	30	Os sujeitos do processo, funções dos sujeitos, ferramentas disponíveis na rede, postagem de materiais e aplicação das ferramentas, criação e produção de material online.	<p>APEX. <b>Boas Práticas nas Redes Sociais.</b> Disponível em &lt;<a href="http://arq.apexbrasil.com.br/legado/Boaspraticasnasredessociais.pdf">http://arq.apexbrasil.com.br/legado/Boaspraticasnasredessociais.pdf</a>&gt; Acesso em: 18 set. 2016.</p> <p>CASTELLS, Manuel. <b>A sociedade em rede</b> – a era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>LEMOS, André. Ciber – Cultura – Remix. Disponível em &lt;<a href="http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf">http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf</a>&gt; Acesso em: 22 set. 2016.</p>
	O metaverso e a educação digital	30	O universo digital: metaversos que as redes constroem. A convergência das mídias. O computador como metamídia. Relações entre o verbal, o visual e o sonoro. Narrativa transmídia. Implicações para a educação.	<p>BODEN, Margaret A. <b>Computer models of mind.</b> Computational approaches in theoretical psychology. Cambridge University Press, 1988.</p> <p>BAIRON, S.. PETRY, L. C. <b>Hipermídia, psicanálise e história da cultura.</b> São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. <b>Linguagens líquidas na era da mobilidade.</b> São Paulo: Paulus, 2007; Comunicação</p>

				ubíqua. Repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.
Jogos Digitais na Aprendizagem	30	Jogo como fenômeno cultural. A importância do jogo como elemento lúdico na educação. Contextualização dos jogos digitais. Jogos digitais e os nativos digitais. Jogos digitais e seu potencial socialmente transformador. Jogos digitais e as potencialidades para o processo de ensino- aprendizagem. Jogos digitais e mediação docente. Plano de intervenção no espaço educativo com o uso dos jogos digitais. Desenvolvimento de jogos digitais com fins educativos.		<p>ARANHA, G. <b>O processo de consolidação dos jogos eletrônico como instrumento de comunicação e de construção do conhecimento.</b> In: Revista Ciência e cognição. Ano 1, VI. 3, nov/2004.</p> <p>GARCÍA, S. Gómez. <b>Jogando com o passado: o papel de Jogos Digitais na forma como nos aprendem História.</b> In: Current Developments in Technology-Assisted Education, 2006.</p> <p>LEMOS, A., <b>Cibercultura.</b> Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.</p>
Teoria e prática e AVAs II	30	Conceitos básicos, gerenciamento de páginas, Criação de blogs, sites, fanpages, conceitos de fóruns, chats, wikis, glossários, tarefas.		<p>CABRAL, Pedro Alexandre; VIANA, Thamirys Dias. <b>A produção de conteúdo na internet:</b> Uma análise na relação entre quantidade de recursos disponíveis nos Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo e o tempo de permanência dos usuários nos portais de notícias do Piauí. VI Semana de Comunicação do Ceut – Semana ComCeut, Teresina: 2013.</p> <p>LITWIN, Edith. (org.) <b>Educação a Distância:</b> temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001.110 p.</p> <p>PALLOFF, R &amp; PRATT, K. <b>Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço:</b> estratégias eficientes</p>

				<p>para a sala de aula on-line. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2002, 247 p.</p> <p>PRETI, Oreste (Org.) <b>Educação a Distância</b>: construindo significados. Brasília: Ed. Plano. 2000.</p>
	Tecnologias Assistivas	15	<p>Estudo e análise do uso, adaptação e criação de artefatos e serviços em Tecnologia Assistiva na perspectiva da Educação Inclusiva. Planejamento, execução e avaliação de Práticas Inclusivas mediadas por tecnologias.</p>	<p>CAT, 2007b. <b>Comitê de Ajudas Técnicas</b>; SEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.</p> <p>CORDE. <b>Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência</b>. Ata da reunião VII, entre 13e14 de dezembro de 2007.</p> <p>LOPES, A. M. A.; VICARI, Rosa Maria ; PASSERINO, Liliana Maria. <b>A Inclusão de alunos deficientes visuais na sala de aula comum do Ensino regular e os processos de ensino e aprendizagem através de estratégias de mediação entre professores-alunos-objetos de aprendizagem</b>. In: Carvalho, A. S.; Bastos, H. P. P.; Tonelli, M L F e T. L.; Costa, R. G. da. (Org.). Educação e Tecnologia – Um percurso interinstitucional. 1ª ed. Campos dos Goytacazes-RJ: Essentia, 2011, v. 1, p. 43-57.</p> <p>PASSERINO, Liliana Maria. Salas de Recursos, <b>Tecnologias Assistivas e Processos de Inclusão Escolar a partir da visão sócio-histórica</b>. In: Moraes, Salete Campos de. (Org.). Educação Inclusiva: diferentes significados. 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2011, v. 1, p. 67-77.</p>



<p><b>Etapa Final:</b> Conclusão do curso</p>	<p>Projeto de intervenção inovador no espaço escolar e a Produção do artigo científico</p>	<p>15</p>	<p>Métodos e procedimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de um projeto de intervenção inovador a ser desenvolvido no contexto escolar na área de Formação de Professores na Cultura Digital. Trabalho final em formato de Artigo Científico a partir dos resultados encontrados.</p>	<p>CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. <i>O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação</i>. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23677/19144">https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23677/19144</a>. Acesso em 13 mar. 2022.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>_____. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002</p> <p>MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. <i>Técnicas de Pesquisa Social: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados</i>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p>
---	--	-----------	---	--

## 8. CORPO DOCENTE

Docente	CPF	Disciplina(s)	Titulação	Vínculo	Currículo Lattes
Leila Lima de Sousa	027.107.383-76	Inovação, Comunicação e Educação na Cultura Digital	Doutora em Comunicação - UNISINOS	UFMA	<a href="http://lattes.cnpq.br/9312604992263679">http://lattes.cnpq.br/9312604992263679</a>

<b>Gustavo Fortes Said</b>	397.371.283-20	Cibercultura e Inteligência coletiva	Doutor em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/8570994009164408">http://lattes.cnpq.br/8570994009164408</a>
<b>Keylla Maria de Sá Urtiga Aita</b>	737.567.503-10	Noções básicas de informática  Tecnologias Assistivas	Doutora em RENORBIO - UFPI	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/777158019005869">http://lattes.cnpq.br/777158019005869</a>
<b>Cícero de Brito Nogueira</b>	526.779.823-15	Jogos Digitais na Aprendizagem -	Mestre em História do Brasil - UFPI	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/5521233314318223">http://lattes.cnpq.br/5521233314318223</a>
<b>Francisca Danielle Araujo de Souza</b>	580.449.903-30	Cultura Digital: aprendizagem em Rede no Coletivo escolar	Mestre em Comunicação - UFPI	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/3915704545723281">http://lattes.cnpq.br/3915704545723281</a>
<b>Lívia Fernanda Nery da Silva</b>	229.044.503-78	Currículo e Metodologia da Avaliação em ambientes digitais	Doutora em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/3678326616930392">http://lattes.cnpq.br/3678326616930392</a>
<b>Camila Calado Lima</b>	023.768.973-19	Formação de Educadores na Cultura Digital	Doutora em Comunicação - UFRJ	UFRJ	<a href="http://lattes.cnpq.br/6233486191471061">http://lattes.cnpq.br/6233486191471061</a>
<b>Lívia Fernanda Nery da Silva</b>	229.044.503-78	Gestão Escolar na Cultura Digital	Doutora em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/3678326616930392">http://lattes.cnpq.br/3678326616930392</a>

<b>Thaís Cristina Bueno</b>	338.957.321-68	Metodologia do ensino na Cultura Digital	Doutora em Comunicação PUC RS	UnB	<a href="http://lattes.cnpq.br/4123207392983951">http://lattes.cnpq.br/4123207392983951</a>
<b>Arnaldo Oliveira Souza Júnior</b>	287.528.485-15	Teoria e prática em AVAs I	Doutor em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/9541738128181534">http://lattes.cnpq.br/9541738128181534</a>
<b>José Carlos Messias Santos Franco</b>	104.964.567-76	O metaverso e a educação digital	Doutor em Comunicação - UFRJ	UFMA	<a href="http://lattes.cnpq.br/8042448829229400">http://lattes.cnpq.br/8042448829229400</a>
<b>Arnaldo Oliveira Souza Júnior</b>	287.528.485-15	Teoria e prática e AVAs II	Doutor em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/9541738128181534">http://lattes.cnpq.br/9541738128181534</a>
<b>Reia Silva Rios Magalhães</b>	624.700.783-34	Projeto de intervenção inovador no espaço escolar e a Produção do artigo científico	Doutora em Ciências da Comunicação - UNISINOS	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/8067415627751531">http://lattes.cnpq.br/8067415627751531</a>

## 9. METODOLOGIA

A metodologia de ensino-aprendizagem do curso pauta-se na integração entre teoria e prática, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, a fim de que se possa estabelecer a produção do conhecimento por um viés interativo. Os componentes curriculares oferecidos contemplam conteúdos que fornecem a base teórico-prática necessária para que o profissional que busca qualificação em Cultura Digital possa atuar em sala de aula de acordo com os documentos oficiais que regem a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada.

Se utilizará durante os estudos no Curso de Especialização em Cultura Digital e Inovação Escolar a ênfase na vivência prática com a cultura digital no espaço escolar pelos cursistas, buscando preencher se necessário suas lacunas acadêmicas de formação inicial no que concerne à formação continuada interdisciplinar dos professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo. A realização de todo o processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso ocorrerá na modalidade presencial.

O corpo docente, formado por mestres e doutores, encarrega-se da elaboração de materiais pedagógicos contextualizados de acordo com as peculiaridades de cada componente curricular, valorizando as oportunidades de desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, podendo ser utilizado, além de textos, vídeos explicativos, sugestões de filmes e outras ferramentas pertinentes à realização do curso através de recursos tecnológicos disponíveis.

Os estudantes, ao final do curso, deverão elaborar um trabalho final em formato de artigo científico a partir de um projeto de intervenção inovador no espaço escolar, que deverá contemplar a Área de Metodologias e Inovações, subárea de conhecimento, Formação de Professores na Cultura Digital, com apresentação oral das produções em evento evidenciando as aprendizagens conquistadas pelos cursistas, a sua capacidade de exposição de ideias, de análise e de organização e implementação de práticas inovadoras para o contexto da educação básica, portanto a ação será organizada para esse fim, visando estimular a criação, inovação e disseminação do conhecimento.

Os dez melhores artigos serão incluídos em uma coletânea de artigos, dando evidência ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares pelo Projeto em Rede: UFPI, UESPI e UNICAP.

## **10. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA**

Para a realização da pós-graduação Lato Sensu em Cultura Digital e Inovação Escolar, o Centro de Ciências da Educação - CCE, em Teresina – PI, disporá, em consonância com as normas previstas no referido Centro, de uma sala de coordenação, apoio presencial com sala de aula, laboratório de informática e de outros espaços físicos, como o auditório.

## **11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos requer procedimentos de avaliação da aprendizagem dos cursistas em seu desenvolvimento integral por meio de instrumentos avaliativos formativos os mais variados possível, entre eles: Portfólios, Rubricas, Autoavaliações, Feedbacks, Estudos dirigidos, considerando o estudante como protagonista do processo de aprendizagem, mantendo a coerência neste processo formativo construído com base na homologia de processos BNCC (Brasil, 2018) e BNC-Formação Continuada (Brasil, 2020), ou seja, que os cursistas vivenciem experiências semelhantes às aquelas que realizarão com os seus estudantes da educação básica, como uma possibilidade a estruturada na Resolução Nº 3, de 21/2018, documento que Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Art. 8º que as propostas curriculares do ensino médio devem:

III - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes;

IV - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades online, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores e atividades orientadas.

Portanto, os cursistas serão avaliados por meio de instrumentos próprios de verificação de aprendizagem, tais como avaliação diagnóstica, avaliação somativa, avaliações formativas por meio da elaboração e desenvolvimento de trabalhos próprios do ambiente acadêmico, com observância aos prazos estipulados. Os resultados das avaliações de aprendizagem serão expressos em nota, numa escala de zero a dez, exigindo-se média igual ou superior a 6,0 (seis)

para aprovação. A Resolução Nº 181 CEPEX/UFPI normatiza no que couber os procedimentos e critérios de avaliação da aprendizagem.

Os cursistas acompanharão o registro de seus rendimentos qualitativos e quantitativos na Plataforma SIGAA da UFPI realizados pelos docentes da Pós-graduação. Os casos omissos de quaisquer natureza serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Pós-graduação e Comitê de articulação do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares da UFPI.

## **12. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO**

A certificação obedecerá às normas da UFPI e no que couber os requisitos da Resolução Nº 181 CEPEX/UFPI Nº 181/2021. O certificado de conclusão do curso conferirá o título de Especialista em Cultura Digital e Inovação Escolar, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de pós-graduação lato sensu.

## **REFERÊNCIAS**

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018

BRASIL: **Lei nº 9394/96** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Brasília – DF. Diário Oficial da União nº 248 de 23/12/96.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, CNE/CEB: **Resolução CNE/CP Nº 1/2021**, (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNP/CP Nº 3**, de 21 de novembro de 2018, (Atualiza Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio). Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNP/CP Nº 4**, de 17 de dezembro de 2018, (Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria MEC Nº 1.432/2018**, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2018.

Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**/ Universidade Federal do Piauí. - Teresina: EDUFPI, 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEPEX/UFPI 181/2021**. Regulamenta a criação e oferta de vagas em Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, a nível de Especialização, realizados pelo CEAD/UFPI, por meio do Programa para formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC.

Plataforma de ensino AVAMEC. **Curso Formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, disponível na página do MEC em <https://avamec.mec.gov.br>.



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 234 DE 23 DE MARÇO DE 2022

Aprova criação do “Curso de Especialização em Gestão Escolar”, do CEAD/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;

- o Processo Nº 23111.012452/2022-55.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do “Curso de Especialização em Gestão Escolar”, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Ar. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto 10.139/2019, cuja urgência se justifica devido ao prazo para submissão da Proposta ao Edital Nº 22/2022 SEB/MEC que se encerra no dia 25 de março de 2022.

Teresina, 23 de março de 2022

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Centro de Educação Aberta e a Distância, a ser submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI-MARÇO/2022

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

MIRTES GONÇALVES HONÓRIO

Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Francisca de Lourdes dos Santos Leal e Silva

Josania Portela Lima Carvalhedo

Lívia Fernanda Nery da Silva

Maria do Socorro Leal Lopes

Mirtes Gonçalves Honório

Teresa Christina Torres S. Honório

Vilmar Aires dos Santos

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 Curso**

**Denominação do curso:** Especialização em Gestão Escolar.

**Área:** Avaliação Educacional

**Subárea de conhecimento:** Gestão Escolar.

**Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a Distância

**Modalidade de ensino:** Presencial

**Titulação a ser conferida:** Especialista em Gestão Escolar.

### **1.2 Coordenação**

**Nome:** Mirtes Gonçalves Honório

**CPF:** 133.563.053-87

**SIAPE:** 1167830

**Unidade de lotação:** CCE/DMTE

**Titulação:** Doutorado em Educação

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7716577944700509>

### **1.3 Coordenação adjunta**

**Nome:** Teresa Christina Torres S. Honório

**CPF:** 15102106368

**SIAPE:** 2309450

**Unidade de lotação:** CCE/DMTE

**Titulação:** Doutorado em Educação

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5033519431080114>

## **2. APRESENTAÇÃO**

A proposição deste curso *lato sensu* com o tema “Gestão Escolar” representa no contexto atual, relevante contribuição para Gestores da educação básica. Está em consonância com o que propõem o Edital nº 22/2022/MEC/SEB que cria o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação inicial e continuada de professores e diretores escolares. O objetivo do curso é o de fomentar a formação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática, proporcionando conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para a efetivação do direito à educação e a qualidade da escola básica.

A gestão democrática, na proposta do Curso, se configura numa relação teórico-prática que requer a participação efetiva, dos segmentos da comunidade escolar, no processo e na tomada de decisões no campo administrativo/pedagógico. Além, do compromisso político social, com a finalidade de inserir a comunidade interna e externa no planejamento escolar visando a qualidade social da educação na prática.

Neste contexto o perfil esperado para o egresso contempla amplas competências e habilidades na área da Gestão da Educação, de tal modo que ao concluir o curso domine os conhecimentos referentes: ao uso das novas tecnologias como ferramentas para a gestão e cultura digital na educação escolar; fundamentos educacionais da gestão escolar; fundamentos do direito à educação e materialização no contexto escolar; gestão financeira na escola básica; gestão democrática na escola e os sistemas de ensino; organização pedagógica na educação; planejamento e práticas da gestão escolar; avaliação institucional e da aprendizagem.

No campo escolar, as mudanças envolvem aspectos sociais, pedagógicos, além do atendimento à Legislação Educacional. A proposta envolve a reflexão e a discussão das temáticas visando proporcionar aos pós-graduandos possibilidades para superar os desafios da Gestão Escolar na contemporaneidade. A gestão apresenta uma via de mão dupla, seja na construção teórica em que se referênciamos na administração com foco na eficiência (ABDIAN; NASCIMENTO; SILVA, 2016; RUSSO, 2004), seja na especificidade e no caráter pedagógico dando ênfase normativa (SOUZA, 2006, 2017). Tem por orientação enfatizar como a gestão da escola deve acontecer e analisar como a gestão de fato acontece.

A oferta deste curso pretende ampliar o debate da Gestão escolar, na perspectiva da produção de conhecimentos, colaborando para as inter-relações no contexto escolar visando a concretização dos objetivos planejados.

### **3. JUSTIFICATIVA**

A proposição de um curso de gestão justifica-se pelas alterações definidas pela LDB de 1996, a qual propõe que as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da gestão democrática; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada por meio da Resolução CNE/CP Nº. 02 de 22 de dezembro de 2017, que determina diretrizes para reformulação dos currículos escolares e a necessidade de reformular os PPCs/ PPP das escolas de educação básica, para que estejam em consonância com as legislações vigentes e com as demandas formativas da contemporaneidade.

No contexto atual, as propostas curriculares devem ser repensadas na perspectiva das mudanças estabelecidas. A conjuntura requer novas práticas pedagógicas, novos modelos didáticos, abordagens diversificadas e novas vivências no espaço escolar. Há, portanto, a necessidade de estabelecer conteúdos significativos, práticas didáticas e pedagógicas que possam contemplar as diretrizes contidas na BNCC, que visam ao desenvolvimento de competências, habilidades e direitos de aprendizagem dos alunos.

A gestão escolar e a formação continuada permitem que a escola ofereça condições para que docentes e discentes participem como sujeitos ativos em seu processo de ensino e de aprendizagem. Significa mudar a maneira de pensar, de agir, de ver, de escutar e, conseqüentemente, de planejar a gestão escolar, buscando a construção de conhecimentos significativos para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

A equipe gestora, geralmente composta de diretor e coordenador(es) pedagógico(s), deve promover, em cooperação, a dinâmica de trabalho na escola, gerar oportunidades para a construção de práticas pedagógicas exitosas e atuar como guardião das ações que visam às aprendizagens e ao desenvolvimento de todas as crianças, jovens e adultos. São diversas as competências dessa equipe, constituindo-se um desafio assumir as questões pedagógicas, relacionais e administrativo-financeiras.

O gestor é protagonista em seu grupo de trabalho compete-lhe, nesse processo, a coordenação das atividades pedagógicas e administrativas de modo a desenvolver a apropriação sobre o currículo de referência, as premissas e estratégias formativas de qualidade que devem permear as ações da escola.

O curso tem como premissa contribuir com a formação do gestor escolar, no sentido de formar-se e atualizar-se continuamente sobre os novos currículos, sobre metodologias ativas de formação continuada e gestão escolar.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 Geral**

Capacitar os responsáveis pela gestão escolar (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, chefes de secretaria, entre outros) nos aspectos formativos inerentes a gestão democrática, dando relevância às suas especificidades por meio do uso de uma arquitetura formativa inovadora, destacando as tecnologias educacionais, as metodologias ativas e o ensino híbrido, para o processo de constituição de vivências que integrem os diversos profissionais da escola a fim de, conjuntamente, atuarem para a implementação da BNCC e BNC (Formação Continuada) nas redes de ensino públicas.

### **4.2 Específicos**

- Refletir sobre a gestão democrática e as práticas colegiadas de gestão no contexto escolar que favoreçam a construção de conhecimentos para o exercício da cidadania, diante da atual política de formação continuada dos profissionais da educação BNC - (Formação Continuada) nas redes de ensino pública.

- Utilizar ferramentas tecnológicas para subsidiar a dinâmica de trabalho do gestor escolar;
- Desenvolver práticas inovadoras de planejamento e avaliação no contexto escolar.

- Ampliar competências e habilidades de coordenação de atividades pedagógicas, administrativas e de gestão de pessoas para organização do contexto escolar.

- Construir mecanismos e estratégias que favoreçam a participação coletiva nos processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola;

- Discutir um modelo democrático de gestão articulado com práticas pedagógicas ativas, interativas, diversificadas e eficientes, que reconheçam a importância dos contextos comunitários participativos dos estudantes, valorizando-os, reconhecendo cada unidade escolar como espaço de experimentação e ação transformadoras por excelência nas redes de ensino pública.

## **5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO**

O Curso destina-se a profissionais da educação (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, chefes de secretaria, entre outros) em efetivo exercício em escolas da educação básica de redes públicas preferencialmente e demais interessados nos estudos de Pós-graduação nesta temática.

O processo de Seleção dos Cursistas acontecerá por meio de Edital a ser amplamente divulgado por meio dos diversos canais de comunicação da UFPI à sociedade piauiense.

## **6. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO**

O Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar encontra-se estruturado nos seguintes módulos e carga horária a seguir.

MÓDULO I - Fundamentos da Gestão Escolar - 135 horas

MÓDULO II – Políticas e Planejamento de Gestão Na Escola – 135 horas

MÓDULO III – Avaliação e Práticas de Gestão – 90 horas

A carga horária total do curso são 360 horas, com duração de 18 (dezoito) meses.

## 7. CONTEÚDO

Módulo	Disciplina	CH	Ementa	Referências bibliográficas
MÓDULO I - FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR - 135 HORAS	Fundamentos Educacionais da Gestão Escolar	30 horas	Constituição Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Educação. BNCC. Competências, dimensões e atribuições do Gestor escolar.	<p>DOURADO, Luiz Fernandes. <b>Gestão da educação escolar</b>. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</b>. 10ª. ed. rev. e ampliada, São Paulo: Cortez, 2018.</p> <p>LÜCK, Heloísa. <b>Dimensões de gestão escolar e suas competências</b>. Curitiba: Editora Positivo, 2009.</p> <p>PEREZ, Tereza (Org). <b>BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica</b>. São Paulo: Editora Moderna, 2018.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. <b>Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional</b>. 5ª ed. rev. e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2016.</p>
	Tecnologias Digitais da Informação e	15h	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Uso pedagógico das TDIC na mediação do processo de ensino	<p>COLL, C.; MONEREO, C. <b>Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação</b>. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>



<p>Comunicação (TDIC) no Apoio à Gestão Escolar</p>	<p>aprendizagem e no ambiente escolar.</p>	<p>SOUSA, R. P.; BEZERRA, C. C.; SILVA, E. M.; MOITA, F. M. G. S. C. <b>Teorias e Práticas em Tecnologias Educacionais</b>. Campina Grande: EDUEPB, 2016. E-book. Disponível em: <a href="https://www.amazon.com/-/pt/dp/B06XMPBLK/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;crd=105UN6W8QEY1B&amp;keywords=teorias+e+praticas+em+tecnologias&amp;qid=1646578611&amp;s=digitaltext&amp;prefix=teorias+e+praticas+em+tecnologias%2Cdigital-text%2C153&amp;sr=1-1">https://www.amazon.com/-/pt/dp/B06XMPBLK/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;crd=105UN6W8QEY1B&amp;keywords=teorias+e+praticas+em+tecnologias&amp;qid=1646578611&amp;s=digitaltext&amp;prefix=teorias+e+praticas+em+tecnologias%2Cdigital-text%2C153&amp;sr=1-1</a>. Acesso em: 06 mar. 2022.</p> <p>SOUSA, R.P.; MOITA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. <b>Tecnologias digitais na educação</b>. Uso pedagógico das TDIC na mediação do processo de ensino aprendizagem e no ambiente escolar. E-book. Disponível em: <a href="https://www.amazon.com/-/pt/dp/B00MMLK47E/ref=sr_1_1__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;keywords=tecnologias+digitais+na+educa%C3%A7%C3%A3o&amp;qid=1646577274&amp;s=digital-text&amp;sr=1-1">https://www.amazon.com/-/pt/dp/B00MMLK47E/ref=sr_1_1__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;keywords=tecnologias+digitais+na+educa%C3%A7%C3%A3o&amp;qid=1646577274&amp;s=digital-text&amp;sr=1-1</a>. Acesso em: 06 mar. 2022.</p> <p>BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. L. <b>Inclusão digital</b>: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. E-book. Disponível em: <a href="https://www.amazon.com/-/pt/dp/B018WFJDM0/ref=sr_1_1__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;crd=111ITIZO5JHE80&amp;keywords=inclus%C3%A3o+digital:+polemica&amp;qid=1646577908&amp;s=digital-">https://www.amazon.com/-/pt/dp/B018WFJDM0/ref=sr_1_1__mk_pt_BR=ÅMÅŽÕÑ&amp;crd=111ITIZO5JHE80&amp;keywords=inclusão+digital:+polemica&amp;qid=1646577908&amp;s=digital-</a></p>
---	--	---

			<p>text&amp;sprefix=inclusão+digital+polemica,digitaltext,130&amp;sr=1-1. Acesso em: 06 mar. 2022.</p> <p>NOVA ESCOLA. <b>Manual das ferramentas digitais</b>: 103 dicas para preparar aulas e atividades o ensino remoto e híbrido. Disponível em: <a href="https://novaescola.org.br/conteudo/19827/manual-das-ferramentas-digitais-103-dicas-para-planejar-e-inovar-no-ensino-remoto-ouhibrido">https://novaescola.org.br/conteudo/19827/manual-das-ferramentas-digitais-103-dicas-para-planejar-e-inovar-no-ensino-remoto-ouhibrido</a>. Acesso em: 06 mar. 2022</p>
Projeto Vivencial: vivência da prática gestora na escola	90h	Plano de Trabalho - Diagnóstico educacional da escola nas dimensões: estrutura física, organização pedagógica, organização administrativa financeira e pessoal e relacional. Execução da etapa final do Projeto de Intervenção. Sistematização do relatório de intervenção. Análise dos dados diagnóstico da escola e elaboração de Projeto de intervenção, com base nas normativas atuais. Execução das etapas do Projeto.	<p>CURY, C. R. J. <b>O princípio da gestão democrática na educação</b>. (2005)</p> <p>DOURADO, L. <b>Gestão escolar democrática</b> – a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.</p> <p>FONSECA, M. Projeto Político-Pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar. <b>CADERNOS CEDES</b> v. 23, nº 61, Campinas, dez, 2003.</p> <p>GANDIN, D. <b>A prática do planejamento participativo</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.</p> <p>GIMENO SACRISTAN, J. <b>A educação obrigatória</b>: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2001.</p> <p>VEIGA, I. P. A. (org.) <b>Projeto político-pedagógico da escola</b>: uma construção possível. 7 ed. Campinas:</p>

				Papirus, 1998.
MÓDULO II – POLÍTICAS E PLANEJAMENTO DE GESTÃO NA ESCOLA – 135 HORAS	Gestão Democrática na Escola e os Sistemas de Ensino	30h	Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de sua implementação; organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações.	<p>AZEVEDO, J. L. A educação como política pública. <b>Coleção Polêmica do Nosso Tempo</b>. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.</p> <p>BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. <b>Revista Portuguesa de Educação</b>. v. 15, nº 2. Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 03-23. OLIVEIRA, D. A. (org.) <b>Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes</b>. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 39-60.</p> <p>BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. <b>Gestão e políticas da educação</b>. Rio de Janeiro: DPA Editores, 2004.</p> <p>FERREIRA, N. S. C. (org.), <b>Gestão democrática da educação</b>: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). <b>Gestão da educação</b>: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.</p>
	Gestão Educacional e Financeira na Escola Básica	30h	Financiamento e sua relação com a organização do trabalho escolar; aplicação e gestão dos recursos financeiros na escola na perspectiva democrática; Prestação de contas dos recursos financeiros.	<p>ADRIÃO, T. (Orgs.). <b>Gestão, financiamento e direito à educação</b>. 3ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Xamã: 2007.</p> <p>BOTLER. A. H. <b>Organização, Financiamento e Gestão Escolar: Subsídios Para Formação do Professor</b>. Pernambuco: Ed. Universitária UFPE,</p>

				<p>2007.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</b>. 10ª. ed. rev. e ampliada, São Paulo: Cortez, 2018.</p> <p>LUCK, Heloisa. <i>Gestão educacional: uma questão paradigmática</i>. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.</p> <p>PINTO, José Marcelino de Rezende. <b>O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social</b>. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.846-869, out.-dez., 2018.</p>
	Planejamento e Práticas da Gestão Escolar	60h	BNCC: aspectos legais e pedagógicos que fundamentam a organização do trabalho educativo. O Projeto Político-Pedagógico: caracterização e reconstrução com base na BNCC. Metodologias ativas na organização escolar.	<p>BRASIL. C. <b>Base Nacional Comum Curricular</b>. Brasília, 2017;</p> <p>GANDIN, Danilo. <b>A prática do planejamento participativo</b>: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos cultural, social, político, religioso e governamental, Petrópolis: Vozes, 2004;</p> <p>SERRÃO, Yoli Glenda da Silva e LIMA, Maria Francisca Moraes de. <b>Planejamento participativo</b>: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. Manaus, 2019.</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. <b>Planejamento</b>: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico.</p>

				<p>São Paulo: Libertad, 2001;</p> <p>VEIGA, I. P. A. (org.) <b>Projeto político-pedagógico da escola:</b> uma construção possível. 7 ed. Campinas: Papirus, 1998.</p>
	Fundamentos do Direito à Educação e Materialização no Contexto Escolar	15h	A democracia e o direito a educação no Brasil. Acesso, permanência e qualidade da educação (condições, dimensões e fatores fundamentais à qualidade).	<p>ABREU, Waldir F.; NASCIMENTO, Ivany P. KATO, Fabíola B. G. <b>Direito à educação pública:</b> políticas, formação docente e diversidade cultural. Editora Appris, 2020.</p> <p>CURY, Carlos R. J. <b>Direito à educação:</b> direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.</p> <p>CURY, Carlos R. J. <b>O direito à educação:</b> um campo de atuação do gestor. Brasília: Ministério da Educação, 2006.</p> <p>FÁVERO, Osmar. (org). <b>A Educação nas constituintes brasileiras.</b> 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.</p> <p>PALMA FILHO, João Cardoso. <b>Política Educacional Brasileira.</b> São Paulo: CTE, 2005.</p> <p>FÁVERO, O. (org). <b>A Educação nas constituintes brasileiras.</b> 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>
MÓDULO III - AVALIAÇÃO	Organização Pedagógica na	30h	Organização e procedimentos na perspectiva da gestão democrática da escola. Trabalho	ARROYO, Miguel G. <b>Currículo, território em disputa.</b> – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

E PRÁTICAS DE GESTÃO – 90 HORAS	Educação Básica- 30 horas		pedagógico na escola: dimensão política e técnica e sua relação com as especificidades do cotidiano escolar. Currículo e cultura escolar.	<p>HENGEMULEMÜHLE, Adelar. <b>Gestão de Ensino e práticas pedagógicas</b>. 7. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2011. 3ª reimpressão, 2018</p> <p>FERREIRA, Liliana Soares. <b>Trabalho Pedagógico na Escola</b>: sujeitos, tempo e conhecimentos. Curitiba: Editora CRV, 2017.</p> <p>GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio F. Barbosa (organizadores). <b>Currículo na contemporaneidade</b>: incertezas e desafios; traduzido por Silvana Cobucci Leite, Bete Honorato, Dinah de Abreu Azevedo. - 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2012.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Organização e Gestão da Escola</b>: Teoria e prática. Goiânia: Ed. do Autor, 2011.</p>
	Avaliação Institucional e da Aprendizagem	60h	Abordagens teórico-metodológicas sobre a avaliação institucional. Avaliação externa como mecanismo de construção e implementação do projeto político-pedagógico na escola; avaliação da aprendizagem no contexto da avaliação institucional.	<p>DALBEN, A.; ALMEIDA, L. C. Para uma avaliação de larga escala multidimensional. <b>Est. Aval. Educ.</b> São Paulo, v. 26, n. 61, p. 12-28, 2015.</p> <p>FREITAS, D. N. T. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. <b>Educação &amp; Sociedade</b>, v. 28, n. 99, p. 501-521, Ago. 2007. ISSN 0101-7330. Disponível em: &lt; <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-73302007000200011&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-73302007000200011&amp;nrm=iso</a> &gt;.</p> <p>MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das</p>

				<p>escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. <b>Educação &amp; Realidade</b>, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./ jun. 2014.</p> <p>MELCHIOR, Maria Celina. <b>Avaliação Institucional da Escola Básica</b>. São Paulo: Chiado Editora, 2015.</p> <p>SCALLON, Gérard. <b>Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competências</b>. Curitiba: PUCPRESS, 2018.</p>
--	--	--	--	--

## 8. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é constituído de professores da UFPI em efetivo exercício.

DISCIPLINA	PROFESSOR	TITULAÇÃO	CPF	LINK CURRICULO LATTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e Práticas da Gestão Escolar</li> <li>- Projeto Vivencial - vivência da prática gestora na escola</li> </ul>	Francisca de Lourdes dos Santos Leal e Silva	Doutorado em Educação	227. 968. 513 -20	<a href="http://lattes.cnpq.br/9853104946696154">http://lattes.cnpq.br/9853104946696154</a>

Projeto Vivencial - vivência da prática gestora na escola -Avaliação Institucional e da Aprendizagem	Josania Portela Lima Carvalhedo	Doutorado em Educação	227.968.513 -20	<a href="http://lattes.cnpq.br/9853104946696154">http://lattes.cnpq.br/9853104946696154</a>
-Projeto Vivencial - vivência da prática gestora na escola -Organização Pedagógica na Educação Básica	Maria do Socorro Leal Lopes	Doutorado em Educação	226.798.393-15	<a href="http://lattes.cnpq.br/5222974006423062">http://lattes.cnpq.br/5222974006423062</a>
-Organização Pedagógica na Educação Básica -Projeto Vivencial - vivência da prática gestora na escola	Vilmar Aires dos Santos	Doutorado em Educação	066.902.893-20	<a href="http://lattes.cnpq.br/8032423999957578">http://lattes.cnpq.br/8032423999957578</a>
- Tecnologias e cultura digital na educação -Projeto Vivencial: vivência da prática gestora na escola	Jerino Queiroz Ferreira	Doutorado em Ciências	839.985.433-68	<a href="http://lattes.cnpq.br/3254487434522733">http://lattes.cnpq.br/3254487434522733</a>



-Fundamentos Educacionais da Gestão Escolar - Gestão Educacional e Financeira na Escola Básica	Luiza Xavier de Oliveira	Doutorado em Educação	392.821.043-20	<a href="http://lattes.cnpq.br/3168697733761090">http://lattes.cnpq.br/3168697733761090</a>
Fundamentos do Direito à Educação e Materialização no Contexto Escolar	Maria do Carmo Batista	Doutorado em Educação	095.706.323-72	<a href="http://lattes.cnpq.br/0342948916812481">http://lattes.cnpq.br/0342948916812481</a>
Projeto Vivencial- vivência da prática gestora na escola	Hilda Maria Martins	Doutorado em Educação	348.142.803-00	<a href="http://lattes.cnpq.br/8330817418466151">http://lattes.cnpq.br/8330817418466151</a>

## 9. METODOLOGIA

O curso é dirigido aos Professores - Gestores das Escolas Públicas de Educação Básica e a sua proposta pedagógica assentada na unidade teoria-prática, expressa uma concepção de formação humana e de gestão educacional abrangente, que busca superar a fragmentação nos diversos campos do conhecimento, favorecendo melhorias nos processos de gestão educacional e incentivando inovações na prática cotidiana da gestão escolar que concorram para a elevação qualitativa do padrão de escolaridade da educação básica.

A formação com qualidade dos gestores escolares, em nível de pós-graduação *lato-sensu*, requer, simultaneamente, aprofundamento teórico que favoreça a compreensão sobre o alcance, as possibilidades e os limites da gestão nas escolas públicas como instituições que compõem a prática social; aliado à possibilidade de oferecer oportunidades para a reflexão a respeito dos aspectos operacionais que lhes são próprios, articulada à prática gestora vivenciada no contexto da educação básica.

Pretende-se, também, que os processos formativos impliquem na apropriação de meios, mecanismos e instrumentos que permitam intervenções satisfatórias, do ponto de vista educativo e pedagógico, no dia a dia escolar, a partir da compreensão da organização escolar e das estratégias de gestão, justificando o uso das metodologias ativas no desenvolvimento das atividades propostas.

No desenvolvimento dos componentes curriculares: Fundamentos Educacionais da Gestão Escolar (30 horas), Fundamentos do Direito à Educação e Materialização no Contexto Escolar (15 horas), Gestão Educacional e Financeira na Escola Básica (30 horas), Gestão das tecnologias e cultura digital na educação (15 horas), Gestão Democrática na Escola e os Sistemas de Ensino (30 horas), Organização Pedagógica na Educação Básica (30 horas), Planejamento e Práticas da Gestão Escolar (60 horas) e Avaliação Institucional e da Aprendizagem (60 horas), as metodologias ativas podem ser colocadas em prática a partir de diferentes estratégias, como: resolução de problemas ou situações problemas; sala de aula invertida, quando o aluno ensina determinado conteúdo para o restante da turma; e o estudo de caso.

Há vários benefícios em se trabalhar metodologias ativas na sala de aula, como aumento do interesse do gestor pelo conteúdo, aquisição de conhecimento feita de modo mais lúdico e eficiente, a melhora na capacidade de resolver problemas por meio de projetos colaborativos, entre outros, sendo objetivo do curso com a adoção das metodologias ativas a

formação de um gestor mais crítico e proativo, com capacidade de envolver-se em projetos, de tomar decisões e de avaliar os resultados obtidos.

No uso das **Situações problema**, como metodologia de ensino/aprendizagem, há a previsão de que o cursista aprenda por meio da resolução colaborativa de desafios envolvendo situações do cotidiano da gestão escolar. Há um incentivo à capacidade do gestor de analisar, estruturar e criar soluções diante de uma situação desafiadora. Neste contexto, o professor exerce um papel de mediador, que provoca e instiga o gestor a resolver o problema por conta própria. Ao final, favorece à reflexão, para que os gestores, de modo crítico e reflexivo, encontrem alternativas possíveis para a resolução do desafio.

No uso da **Sala de aula invertida**, há uma substituição da aula expositiva pelo professor por uma interação mais dinâmica, em que o conteúdo é ensinado pelo próprio gestor. Para que isso seja possível, o pós-graduando deve ter acesso antecipado ao conteúdo para se apropriar dos conhecimentos e socializar com os pares, com o intuito de incentivar uma postura mais ativa, além de aumentar o interesse dele pelo tema abordada, favorecendo um aprofundamento nos estudos, pois, quem ensina, aprende para ensinar. Além de haver incentivo para que o uso das tecnologias facilitadoras das aprendizagens seja utilizado e de forma variada, como imagens, vídeos ou textos complementares. O intuito é que a interação seja dinâmica e envolvente não apenas para o gestor expositor, mas também para os participantes, favorecendo a metodologia ativa uma postura proativa no processo de aquisição do conhecimento.

Outra metodologia ativa a ser utilizada nas diversas disciplinas, é o **Estudo de caso** em que, uma situação real relacionada as práticas da gestão escolar são apresentadas para os gestores com o desafio da reflexão e da proposição de alternativas para a situação descrita, sempre envolvendo um conhecimento prático, além do teórico que fundamenta a tomada de decisão.

No componente curricular denominado de Projeto Vivencial: vivência da prática gestora na escola, com 90 h, a metodologia a ser utilizada é a da elaboração e do desenvolvimento do **Projeto de intervenção**, em que o cursista deve elaborar uma proposta, que atenda uma demanda real do seu contexto escolar, e desenvolva a intervenção sob a supervisão de um professor, com a mobilização de toda a comunidade escolar. Esta proposta visa, preferencialmente, a reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com base na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017). Nessa vivência proposta, o cursista amplia a capacidade de analisar a realidade, propor e desenvolver uma

intervenção que possa resolver problemas por meio de etapas e ações coordenadas. Além disso, os projetos devem ser executados com o coletivo da escola, de modo colaborativo, para que o cursista amplie as competências e habilidades de trabalhar em conjunto e a gestão de pessoas com vistas a consecução dos objetivos estabelecidos. Essa atividade vai permear todo o curso, pensada como proposta integradora dos conhecimentos e das práticas de gestão vivenciadas.

Neste componente curricular, cada professor/orientador deve ser responsável por um quantitativo de 6 a 8 cursista, para que o acompanhamento da elaboração e desenvolvimento da proposta de intervenção seja efetivo, permanecendo o mesmo professor/orientador no acompanhamento do grupo de cursistas ao longo do desenvolvimento do Projeto Vivencial: vivência da prática gestora na escola.

## **10. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA**

Para a realização da pós-graduação Lato Sensu em Gestão Escolar, o Centro de Ciências da Educação - CCE, em Teresina – PI, disporá, em consonância com as normas previstas no referido Centro, de uma sala de coordenação, apoio presencial com sala de aula, laboratório de informática e de outros espaços físicos, como o auditório.

## **11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O processo de avaliação da aprendizagem deverá considerar os pressupostos, os objetivos, a natureza e a dinamicidade da proposta pedagógica do Curso. As atividades desenvolvidas pelos cursistas serão acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores e coordenação. Essa equipe manter-se-á em constante interação visando à troca de informações, à apreciação conjunta das dificuldades e à busca de soluções relacionadas aos desafios de cada componente curricular.

Nesta perspectiva, a avaliação dará ênfase ao processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. E desenvolver-se-á de forma compartilhada professor orientador/cursista, procurando compreender o processo de construção do conhecimento na prática docente.

Devido à natureza interativa desse processo, o diálogo constituirá base principal da avaliação, cabendo aos orientadores/especialistas a iniciativa de proporcionar os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento dessa prática pedagógica, respeitando e estimulando o cursista- parceiro ativo nessa interação.

O processo de avaliação de cada disciplina será efetivado conforme disposições legais da UFPI e incluirá a observação dos seguintes aspectos:

- ✓ Frequência mínima de 75% das aulas;
- ✓ Assiduidade, pontualidade, responsabilidade, interesse, participação e compromisso com as atividades propostas e desenvolvidas em sala;
- ✓ Qualidade dos trabalhos produzidos, postura profissional.

E utilizará de procedimentos avaliativos tais como: produção escrita, autoavaliação, seminário, oficinas, atividades individuais e em grupo, portfólio, participação no projeto vivencial, dentre outros instrumentos conforme a natureza da disciplina. Cada professor estabelecerá no seu programa de ensino, os instrumentos, os critérios e a quantidade de verificações da aprendizagem.

Portanto, os cursistas serão avaliados por meio de instrumentos próprios de verificação de aprendizagem, tais como avaliação diagnóstica, avaliação somativa, avaliações formativas por meio da elaboração e desenvolvimento de trabalhos próprios do ambiente acadêmico, com observância aos prazos estipulados. Os resultados das avaliações de aprendizagem serão expressos em nota, numa escala de zero a dez, exigindo-se média igual ou superior a 6,0 (seis) para aprovação. A Resolução Nº 181 CEPEX/UFPI normatiza no que couber os procedimentos e critérios de avaliação da aprendizagem.

Os cursistas acompanharam o registro de seus rendimentos qualitativos e quantitativos na Plataforma SIGAA da UFPI realizados pelos docentes da Pós-graduação. Os casos omissos de quaisquer naturezas serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Pós-graduação e Comitê de articulação do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares da UFPI.

## **12. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO**

A certificação obedecerá às normas vigentes da UFPI. O certificado de conclusão do curso conferirá o título de Especialista em Gestão Escolar, com todos os direitos e

prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de pós-graduação lato sensu.

## **REFERÊNCIAS**

ABDIAN, G. Z., NASCIMENTO, P. H. C., SILVA, N. D. B. (2016). Theoretical-methodological challenges for research on education/school management/administration. **Educação & Sociedade**, 37(135), 465-480. doi:10.1590/ES0101-73302016154123

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. LDB 9394/1996. Brasília, DF.

SOUZA, Â. R. (2006). Os caminhos da produção científica sobre gestão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 22(1), 13-39. doi:10.21573/vol22n12006.18720.

SOUZA, Â. R. (2017). As teorias da gestão escolar e sua influência nas escolas públicas brasileiras. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, 2, 1-19. doi:10.5212/retepe.v.2.016 S

Universidade Federal do Piauí. **Resolução CEPEX/UFPI 181/2021**. Regulamenta a criação e oferta de vagas em Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, a nível de Especialização, realizados pelo CEAD/UFPI, por meio do Programa para formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC. Teresina-PI.



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 235 DE 23 DE MARÇO DE 2022

Aprova criação do Curso de “Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais Sustentáveis”, do CEAD/UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum**, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;

- o Processo Nº 23111.012453/2022-28.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de “Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais Sustentáveis”, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, conforme Projeto Pedagógico do Curso anexo e processo acima mencionado.

Ar. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto 10.139/2019, cuja urgência se justifica devido ao prazo para submissão da Proposta ao Edital Nº 22/2022 SEB/MEC que se encerra no dia 25 de março de 2022.

Teresina, 23 de março de 2022

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS EDUCATIVAS INTERVENTIVAS SOCIOCULTURAIS E SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS.**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis, do Centro de Educação Aberta e a Distância, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES



Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

FRANCISCO DE TARSO RIBEIRO

Coordenador do Curso de Especialização em Educação e Sustentabilidade

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação e  
Sustentabilidade

FRANCISCO DE TARSO RIBEIRO CASELLI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

SIMONE FERREIRA DE ALBUQUERQUE

MARIA RITA BARBOSA DE SOUSA

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

## 1.1 Curso

**Denominação do curso:** Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis.

**Área/subárea de conhecimento:** Metodologias e Inovações/ Educação Ambiental e Sustentabilidade

**Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a Distância

**Modalidade de ensino:** Presencial

**Titulação a ser conferida:** Especialista em Práticas educativas interventivas Sociocultural e Socioambiental sustentáveis.

## 1.2 Coordenação

**Nome:** Francisco de Tarso Ribeiro Caselli

**CPF:** 910.353.093-00

**SIAPE:** 1474744

**Unidade de lotação:** Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção da UFPI

**Titulação:** Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3757042167584346>

## 1.3 Coordenação adjunta

**Nome:** Simone Ferreira de Albuquerque

**CPF:** 602.305.414-53

**SIAPE:** 1873611

**Unidade de lotação:** Curso de Bacharelado em Design da Moda e Estilismo da UFPI

**Titulação:** Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7082740909012737>

## 2. APRESENTAÇÃO

A normativa nacional que regulamenta os conteúdos a serem trabalhados e estabelece habilidades a serem desenvolvidas no ensino médio é a Lei Nº 9.394/1996 de Diretrizes e Base

da Educação Nacional (LDB). Do ano de sua publicação e sanção (1996) até o presente, a LDB veio sofrendo alguns acréscimos e recebendo modificações importantes. Cada acréscimo e/ou modificação estabelecida, a configuração dos currículos escolares veio passando por reestruturações. Uma dessas reformulações mais recentes foi a ocorrida a partir da Lei Nº 13.415/2017 que alterou parte da LDB e promoveu modificações estruturais no ensino médio como um todo. O assim chamado novo ensino médio nasce como possibilidade fática de trabalhar áreas do conhecimento e não mais por disciplinas – os conteúdos se articulariam dialogicamente em quatro grandes áreas do conhecimento: (i) Linguagem e suas Tecnologias; (ii) Matemática e suas tecnologias; (iii) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; (iv) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O curso de Especialização em Educação e Sustentabilidade surge, portanto, tomando por base a Lei Nº 13.415/2017, quando, especificamente, esta trata da área de conhecimento Ciências da Natureza e suas Tecnologias quando cita em seu Art. 1º que os sistemas de ensino devem harmonizar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC de forma articulada com o contexto histórico, econômico, social, “**ambiental**” e cultural da sociedade.

O Curso de Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis permite ao professor em formação continuada em serviço ter a oportunidade de capacitar-se para a prática educativa especificamente, na área de Metodologias e Inovações e na subárea, Educação Ambiental e Sustentabilidade, atendendo ao Edital Nº 22/2022 do Programa Institucional de fomento e indução da inovação da formação inicial continuada de professores e Diretores Escolares. O processo de Seleção dos Cursistas acontecerá por meio de Edital a ser amplamente divulgado por meio dos diversos canais de comunicação da UFPI à sociedade piauiense.

Os cursistas terão em sua formação continuada por serem profissionais da educação pertencentes às diversas áreas do conhecimento, na homologia de processos formativos articulados entre a Educação Básica e a Educação Superior a nível de Pós-graduação a progressão das competências gerais da BNCC. Estas mantêm as mesmas da Educação Infantil ao Ensino Médio, mas se desdobram ao longo de cada uma dessas etapas da educação para se adequar a cada fase do desenvolvimento dos estudantes da Educação Básica. Este PPC tem em algumas disciplinas (componentes curriculares) evidências das competências gerais da BNCC desdobradas em habilidades que serão desenvolvidas em áreas do conhecimento, portanto para a etapa Ensino Médio.

A Portaria Nº 1.432/2018 do MEC que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos, conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio em seu eixo

estruturante Mediação e Intervenção Sociocultural, tendo como “ênfase ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos relacionados a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temas de seu interesse para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente” (BRASIL, 2018), tendo como justificativa para a adoção do eixo estruturante Mediação e Intervenção Sociocultural nesta formação continuada dos docentes em Pós-graduação, o fato de “participar de uma sociedade desafiada por questões socioculturais e ambientais cada vez mais complexas, os estudantes precisam se apropriar de conhecimentos e habilidades que os permitam atuar como agentes de mudanças e de construção de uma sociedade mais ética, justa, democrática, inclusiva, solidária e sustentável”, (BRASIL, 2018) neste sentido, os currículos das Redes de Ensino de nível Médio deste país buscam de maneira atrativa e inovadora a estruturação curricular para essa realidade no contexto de trabalho dos docentes.

Os componentes curriculares são distribuídos em uma carga horária de 360 horas e subdividido em três módulos. Cada módulo corresponde a 120 horas. Cada módulo tem um foco, sendo o Módulo I – Conceitos sobre meio ambiente e sustentabilidade, visando formar uma visão complexa e holística da questão ambiental de forma a se ter uma compreensão sistêmica da relação ser humano e ambiente, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (MEC, 2012). O Módulo II – Contempla a formação voltada para a formação pedagógica com foco na aplicabilidade, conforme Resolução nº 2/2012 do MEC das Diretrizes Nacionais da Educação Ambiental que tem como um de seus motes a convergência dos avanços científicos na área ambiental em práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento do espírito críticos dos educadores e educandos.

Por fim, o Módulo III – condensa as disciplinas mais práticas inspirados nas propostas atualizadas pelo MEC referente à formação de professores e gestores na temática de capacitação e preparação dos estudantes para inserção no mercado de trabalho no novo ensino médio através da prática dos conhecimentos como Empreendedorismo e Sustentabilidade, Processos Criativos e Sustentabilidade, Gestão de Projetos Sustentáveis e Projeto de Culminância onde os alunos deverão desenvolver alguma proposta de projeto que seja exequível, praticamente aplicável baseado nos conhecimentos adquiridos durante o curso.

O Curso de Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis terá como suporte a plataforma ambiente virtual SIGAA, sendo as disciplinas ofertadas na modalidade presencial, contando com o uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinos híbridos. As disciplinas cursadas

em cursos de formação realizados via plataforma AVAMEC (e que possuem compatibilidade de conteúdo e carga horária) poderão ser aproveitadas – mediante criteriosa avaliação por parte da coordenação do curso.

### **3. JUSTIFICATIVA**

Conforme já aludido, as alterações estabelecidas na LDB de 1996 (provocadas pela Lei Nº 13.415/2017) promovem mudanças consideráveis nas propostas curriculares do ensino médio. Com isso, como efeito das mudanças estabelecidas, a conjuntura pede novas práticas pedagógicas, novos modelos didáticos, abordagens diferentes e diferenciadas; novas vivências no espaço escolar são requeridas; há a necessidade de estabelecer conteúdos e práticas didáticas e pedagógicas que possam, por exemplo, desenvolver no corpo discente do Ensino Médio, em sua formação geral (BNCC) e na parte flexível da oferta, aprofundamentos nos estudos em um ou mais itinerários formativos, construídos considerando um ou mais eixos estruturantes estabelecidos na Portaria Nº 1.432/2018 (BRASIL, 2018) a depender da estruturação do currículo de cada Rede de Ensino, habilidades epistemológicas e preparação para demandas pragmáticas tais como formação a técnico-profissional, encaminhar para o mundo do trabalho (conteúdos que possam contextualizar os jovens no espaço da chamada população economicamente ativa), etc.

O estabelecimento de uma nova conjuntura nas rotinas escolares requer dos profissionais da educação (gestores/gestoras, coordenadores pedagógicos/coordenadoras pedagógicas, docentes etc.) que esses profissionais, em um relativo curto tempo, passem por processos de formação com vivências significativas na prática educativa, tendo exatamente em perspectiva o novo contexto educacional constituído. Quando se leva em consideração a situação específica das humanidades, compreendendo que estas, por muito tempo, tiveram seus currículos e conteúdos desenvolvidos sem que não houvesse dialogicidade e intercâmbio entre as diferentes áreas (história, geografia, filosofia, ciências sociais etc.), e lidando, outrossim, com conteúdo programáticos distanciados das questões pragmáticas do mundo profissional (do mundo do trabalho), há a urgência por parte dos docentes em ter acesso a cursos de formação que venham a sanar o problema de estar adaptado à nova situação educacional nacional circunstanciada pela Lei Nº 13.415/2017.

O Curso de Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais Sustentáveis surge exatamente como uma oferta possível que venha a suprir a demanda por formação continuada em serviço. A presente proposta tem modelo presencial de ensino, sendo o curso de especialização uma alternativa de formação que oferece embasamentos técnicos e teóricos para os profissionais da educação envolvidos com o ensino na área das ciências da natureza. Por ser inteiramente gratuito, este Curso de Especialização, atende às demandas da comunidade na medida em que é completamente adaptada às necessidades da comunidade (necessidades financeiras e seus respectivos conteúdos etc.).

#### **4. OBJETIVOS**

##### **Objetivo Geral:**

- Capacitar professores do ensino médio da rede pública e demais interessados pela formação continuada na temática da educação ambiental aplicada à sustentabilidade social e ambiental;

##### **Objetivos Específicos:**

- Auxiliar na formação continuada de profissionais na perspectiva de estímulo à geração de multiplicadores, atendendo a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada, promovendo qualidade e equidade no processo de ensino e aprendizagem nas redes de ensino pública;
- Contribuir para a qualificação em educação e sustentabilidade socioambiental dos profissionais da educação nas diversas áreas do conhecimento;
- Fomentar a produção científica, a inovação tecnológica e a formação de recursos humanos voltadas à sustentabilidade socioambiental por meio de ações pedagógicas aplicadas ao Ensino Médio;
- Auxiliar na proposição de estudos sobre os temas ambientais globais, nacionais, regionais e locais, sugerindo ações pedagógicas que contribuam para a formação da consciência ambiental.
- Contribuir com a construção de conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos e ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à construção e ao avanço de uma agenda da sustentabilidade nas escolas;

- Identificar questões relevantes à construção de uma pauta ambiental brasileira e propor respostas apoiadas na promoção da sustentabilidade;

## **5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO**

O Curso destina-se a profissionais da educação do ensino médio, graduados das diversas áreas do conhecimento, que trabalham com a área do novo ensino médio interessados em complementar, atualizar e aprimorar seus conhecimentos na área da educação, sustentabilidade e desenvolvimento ambiental.

O profissional egresso do Curso de Especialização em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis deverá ser capaz trabalhar na educação como professores e pesquisadores de instituições públicas e privadas, de forma inter e multidisciplinar, métodos e técnicas que visem o aperfeiçoamento e a produção de conhecimentos e tecnologias na área ambiental, visando a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

## **6. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO**

O curso tem carga horária de 360 horas a serem distribuídas em 18 meses sendo cada encontro de 15 horas-aulas quinzenalmente.



## 7. CONTEÚDO

Módulo	Disciplina	CH	Ementa	Referências bibliográficas
1	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	30h	Educação ambiental: princípios básicos. Gestão ambiental. Desenvolvimento sustentável. Impactos ambientais..	<p><b>Bibliografia básica</b> Pedrini, A. de G. Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas; Pedrini, A. de G., org.; 8a ed., Vozes: Petrópolis, 2011. GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos et al. Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2009. GRUBBA, Leilane Serratine; CORREA, Angélica da Silva; MONTEIRO, Kimberly Farias (Orgs.). Desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas [recurso eletrônico] / Leilane Serratine Grubba; Angélica da Silva Corrêa; Kimberly Farias Monteiro (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. DA SILVA, Christian Luiz; DE LIMA, José Edmilson. POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Saraiva Educação SA, 2017.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b> ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. 2010. p. xxi, 566-xxi, 566 ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. In: Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2002. p. 232-232. GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Direito e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. - KUSS, Anelise Vicentini et al. Possibilidades metodológicas para a pesquisa em educação ambiental. Pelotas: Editora e Cópias Santa Cruz, cap.1. 2015.</p>
2	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	30 h	Histórico da Responsabilidade Social. Classificação da Responsabilidade Social. Indicadores de Desenvolvimento Social. Evolução dos conceitos e da prática da Responsabilidade Social e sustentabilidade na sociedade. Dimensões	<p><b>Bibliografia Básica</b> DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 2004. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas. 2007. LEMONS, H. M. Responsabilidade Socioambiental. FGV, 2013. LEFF, Henrique. Epistemologia Ambiental. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2007. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria C.; VINHA, Valéria de. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2003.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b> SEIFFERT, Mari E. B. Gestão Ambiental – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas. 2007.</p>



			internas e externas da Responsabilidade Social. Cenário social e ambiental, passado e presente. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para proteção do meio ambiente. Responsabilidade ambiental das organizações e empreendimento solidários.	SHIGUNOV Neto, Alexandre.; CAMPOS, Lucila M. de S.; SHIGUNOV, Tatiana. Fundamentos da Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna. 2009. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. (Garamond universitária). ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e Responsabilidade Social: CM ISO 26.000 sustentabilidade, modelo EWthos e MEG. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. (Coleção Polêmica) BOLLMANN, Harry Alberto; MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak; BARRELLA, Walter. Indicadores ambientais: conceitos e aplicações. São Paulo: EDUC, 2001. MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação. São Paulo: Thomson, 2006. MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César Quintão. Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
3	SUSTENTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ENSINO	30 h	Educação em Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade na vida social escolar; Educação Ambiental formal e informal; Espaços Educadores Sustentáveis; Gestão Ambiental; Edificações Sustentáveis; Desafios para a sustentabilidade na atualidade.	<b>Bibliografia básica</b> ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira Registrada – NBR ISO 14.001. Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004. BOFF, L. Sustentabilidade: o que é - o que não é. Petrópolis: Vozes, 2017. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. CAVALCANTI, C. C. M.; BERMEJO, P. H. S; SOUZA, W. V. B. Coletânea Desafio da Sustentabilidade. Brasília, 2015. <b>Bibliografia complementar</b> ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transforming our world: The 2030 agenda for Sustainable Development United Nations. New York: ONU, 2015. UNESCO, UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Paris, 2017.
4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	30 h	Fundamentos da educação ambiental e da sustentabilidade. Educação,	<b>Bibliografia básica</b> MORALES, Angélica Góis. A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações. 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012. 223 p. SILVA, C. M.; FARIAS, P. B.; CARVALHO, A. V. de. A perspectiva dos alunos do ensino médio sobre educação ambiental e sustentabilidade na escola estadual serra das cordilheiras em Colméia-

			Meio Ambiente Sustentabilidade; Prática pedagógicas para os problemas ambientais.	<p>TO. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e569101523781, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23781. Disponível em: <a href="https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23781">https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23781</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p> <p>PEDRINI, A. de G. Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas; Pedrini, A. de G., org.; 8a ed., Vozes: Petrópolis, 2011.</p> <p>DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 2004.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>UNESCO, UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Paris, 2017.</p> <p>TRISTÃO, M. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 55, p. 847-860, 2013.</p>
5	PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE	30 h	Desenvolvimento de Projetos sustentáveis no ambiente escolar. (Escola Sustentável. Ações Sustentáveis: Coleta Seletiva, reciclagem do lixo, Economia de Energia, Desperdício de água, Reutilização de livros, Técnicas de Reciclagem, Rede de caronas, Economia de papel).	<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/</a>.</p> <p>BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018. Disponível em: <a href="https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf">https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Referenciais Curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos. Disponível em: <a href="https://seduc.pi.gov.br/chaodaescola/wp-content/uploads/2020/03/REFERENCIAIS-CURRICULARES-ITINER%C3%81RIOS-FORMATIVOS-GEUSELIA-E-DINIZ.pdf">https://seduc.pi.gov.br/chaodaescola/wp-content/uploads/2020/03/REFERENCIAIS-CURRICULARES-ITINER%C3%81RIOS-FORMATIVOS-GEUSELIA-E-DINIZ.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file">http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file</a>.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>FARFUS, D; ROCHA, M. C. S. Inovação social: um conceito em construção. In: FARFUS, D; ROCHA, M. C. S. (Org.). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p. 13-34. Disponível em: <a href="http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf#page=13">http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf#page=13</a>.</p>

				MARTINS FILHO, V; GERGES, N. R. C; FIALHO, F. A. P. Design Thinking, cognição e educação no século XXI. Revista Diálogo Educacional, v. 15, n. 45, p. 579-596, jul. 2015. Disponível em: <a href="https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/5029/14774">https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/5029/14774</a> .
6	EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE	30h	Empreendedorismo. Educação empreendedora. Empreendedorismo social. Desenvolvimento de competências em empreendedorismo no Novo Ensino Médio.	<p><b>Bibliografia Básica</b></p> <p>ANASTACIO, M. R. et al. Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. Curitiba: PUCPRESS, 2018. Disponível em: <a href="https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf">https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</a>.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/</a>.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>COMPARIN, Jaqueline Freitas. Empreendedorismo e sustentabilidade. Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em <a href="https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/68333">https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/68333</a> :</p> <p>BARTHOLO, Roberto; CIPOLLA, Carla. Inovação social e sustentabilidade: desenvolvimento local, empreendedorismo e design. Editora E-papers, 2012</p>
7	METODOLOGIAS DE PESQUISA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	30 h	Procedimentos teóricos metodológicos da pesquisa. O método científico e a ética no desenvolvimento da pesquisa. Coleta de dados na pesquisa de campo.	<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamento de metodologia Científica. Editora Atlas, 8ª. Edição, 2017. ISBN 10:8597022582.</p> <p>NOVICKI, V.. Abordagens teórico-metodológicas na pesquisa discente em Educação Ambiental dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Rio de Janeiro (1981-2002). Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2016.</p> <p>PASCUMA, D.; CASTILHO, A.P.F. Trabalho acadêmico - o que é? como fazer? Um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'água, 2008.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paul; Cortez, 2011.</p> <p>TRISTÃO, M. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 55, p. 847-860, 2013.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>CERATI, Tania Maria; LAZARINI, Rosmari Aparecida de Moraes. A pesquisa-ação em educação ambiental: uma experiência no entorno de uma unidade de conservação urbana. Ciência &amp; Educação (Bauru), v. 15, n. 2, p. 383-392, 2009.</p> <p>CARRAZZA, L. R.. Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária. Brasília -DF, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), 1ª edição, 2014.</p>

				<p>GERHARDT, T. E.; SILVEIRA D. T. Métodos de pesquisa [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>PEREIRA, A. S. ... [et al.]. Metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico] / 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book.</p> <p>ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.</p> <p>SILVA, E. M. S.; PENEIREIRO, F. M.; STRABELI, J.; CARRAZZA, L. R.; Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária Brasília -DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1a edição, 2014.</p>
8	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EDUCAÇÃO NA	30 h	<p>Conceitos e classificações. Normas e legislações. Ações governamentais e iniciativa privada com as TAs. Terceiro Setor e as TAs. Ações internacionais. Recursos e ferramentas.</p>	<p><b>Bibliografia Básica</b> Decreto que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Decreto 7.612/2011. Comitê de Ajudas Técnicas, C. (2009). Tecnologia assistiva. Brasília: Corde. Miranda, T. G., &amp; Galvão Filho, T. A. (2012). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. EDUFB; Decreto de Regulamentação de Lei sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Decreto 7.611/2011. Díaz, F., Bordas, M., Galvão, N., &amp; Miranda, T. (Eds.). (2009). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. SciELO-EDUFBA. ESCOLAS, T. A. N. (2008). Recursos básicos de acessibilidade sócio digital para pessoas com deficiência. São Paulo: Instituto de tecnologia Social/Microsoft/Ministério de Ciência e Tecnologia.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b> GALVÃO FILHO, T. e DAMASCENO, L. Tecnologia Assistiva em Ambiente Computacional: Recursos para a Autonomia e Inclusão Sócio-Digital da Pessoa com Deficiência. In: Instituto de Tecnologia Social - ITS. (Org.), Tecnologia Assistiva nas Escolas: Recursos Básicos de Acessibilidade Sócio-Digital para Pessoas com Deficiência, 1ed., São Paulo: ITS, v. 1, pp. 25-38, 2008. GARCIA, J. C. D., &amp; GALVÃO FILHO, T. A. (2012). Pesquisa nacional de tecnologia assistiva. São Paulo: ITS Brasil/MCTI-Secis, 68.</p>
9	AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA SUSTENTABILIDADE	30 h	<p>Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Sala de aula invertida, Ensino híbrido, Metodologias ativas,</p>	<p><b>Bibliografia Básica</b> ALVES, Leonardo Meirelles (org.). Gamificação na educação: aplicando metodologias de jogos no ambiente educacional. Joinville: SC, 2018. 99 p. ISBN 978-85-8429-049-9. BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p>

			Gamificação, Ferramentas educacionais on-line.	BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI., Fernando de Mello (org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. - - ISBN 978-85-8429-049-9. <b>Bibliografia complementar</b> BERGMANN, Jonathan. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
10	PROCESSOS CRIATIVOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	30 h	Processos criativos, ensino e aprendizagem. Design Thinking e educação. Inovação e transformação social. Desenvolvimento de competências em inovação e transformação social no Novo Ensino Médio.	<b>Bibliografia Básica</b> BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf</a> . Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/</a> . Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018. Disponível em: <a href="https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf">https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf</a> . Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Referenciais Curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos. Disponível em: <a href="https://seduc.pi.gov.br/chaodaescola/wp-content/uploads/2020/03/REFERENCIAIS-CURRICULARES-ITINER%C3%81RIOS-FORMATIVOS-GEUSELIA-E-DINIZ.pdf">https://seduc.pi.gov.br/chaodaescola/wp-content/uploads/2020/03/REFERENCIAIS-CURRICULARES-ITINER%C3%81RIOS-FORMATIVOS-GEUSELIA-E-DINIZ.pdf</a> . Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file">http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file</a> . Acesso: 22 nov. 2021. <b>Bibliografia Complementar</b> FARFUS, D; ROCHA, M. C. S. Inovação social: um conceito em construção. In: FARFUS, D; ROCHA, M. C. S. (Org.). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p. 13-34. Disponível em: <a href="http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870_i.pdf#page=13">http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870_i.pdf#page=13</a> . MARTINS FILHO, V; GERGES, N. R. C; FIALHO, F. A. P. Design Thinking, cognição e educação no século XXI. Revista Diálogo Educacional, v. 15, n. 45, p. 579-596, jul. 2015. Disponível em: <a href="https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/5029/14774">https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/5029/14774</a> . OLIVEIRA, A. B. F; LIMA, A. I. B. Vigotski e os processos criativos de professores ante a realidade atual. Educação & Realidade, v. 42, n. 4, p. 1399-1419, 2017. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/edreal/a/T38MhGkwn35JLT33Zht4Cr/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/edreal/a/T38MhGkwn35JLT33Zht4Cr/?format=pdf&amp;lang=pt</a> .



				PIROLO, A. C. I. S. Processo da criatividade. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2016. Disponível em: <a href="http://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201601/INTERATIVAS_2_0/PROCESSO_DA_CRIATIVIDADE/U1/LIVRO_UNICO.pdf">http://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201601/INTERATIVAS_2_0/PROCESSO_DA_CRIATIVIDADE/U1/LIVRO_UNICO.pdf</a> .
11	GESTÃO DE PROJETOS EM SUSTENTABILIDADE	30 h	<p>Conceitos de projeto e gerenciamento de projetos. O ciclo de vida de um projeto. Processos de gerenciamento de projetos. A Estrutura Analítica de Projetos, Gerenciamento de cronograma e custos do projeto; Gerenciamento de integração do projeto. Conceitos de sustentabilidade. Metodologia de gestão para projetos sustentáveis. Visão e harmonização dos três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Impactos sobre inovação e competitividade das empresas com base em sustentabilidade aplicada. Tomada de decisão em gestão de projetos sustentáveis.</p>	<p><b>Bibliografia Básica:</b>            CATTELAN, V. D.; NORO, G. B.; MAGALHAES, A. C. M. Sustentabilidade em gestão de projetos: um estudo de caso em uma empresa de construção civil de Santa Maria – RS. XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012.            DAYER, L. RITTI, O. A Gestão de Projetos nas Iniciativas de Sustentabilidade: como as ações relacionadas à sustentabilidade podem ser inseridas nos grupos de processos do PMBOK®. PMIRIO, 2018.            GALVÃO, G. D. A.; PATAH, L. A. Gestão de projetos sustentáveis e inovadores: um estudo bibliométrico. Revista de Gestão e Projetos, vol. 8, n. 3. Set/Dez. 2017.            MORIOKAA, S. N.; CARVALHO, M. M. (de). Sustentabilidade e gestão de projetos: um estudo bibliométrico. Production, 26(3), 656-674, jul./set. 2016.            NORO, G. B. <i>et al.</i> A Gestão de Projetos Sustentáveis: o Caso América Latina Logística. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – IX SEGeT (2012). Disponível em: <a href="https://www.aedb.br/seget/local.html">https://www.aedb.br/seget/local.html</a>  <b>Bibliografia Complementar</b>            OLIVEIRA, D. P. R. Administração de projetos: melhores práticas otimizar resultados. São Paulo: Atlas, 2013.            PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projeto (Guia PMBOK). 6 ed. Newtown Square, Pennsylvania: Project Management Institute, 2017.            TODOROV, M. C. A. Sustentabilidade no gerenciamento de Projetos: indicadores de sustentabilidade. In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente – XVI ENGEMA (2014). Disponível em: <a href="http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/325.pdf">http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/325.pdf</a>.            TULLIO M. F. B.; TULLIO L. (org). Gestão de projetos sustentáveis (recurso eletrônico). Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.</p>
12	PROJETO CULMINÂNCIA	30h	<p>Histórico da Responsabilidade Social. Classificação da Responsabilidade Social.</p>	<p><b>Bibliografia básica</b>            DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Gaia, 2004.            DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas. 2007.</p>

		<p>Indicadores de Desenvolvimento Social. Evolução dos conceitos e da prática da Responsabilidade Social e sustentabilidade na sociedade. Dimensões internas e externas da Responsabilidade Social. Cenário social e ambiental, passado e presente. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para a proteção do meio ambiente. Responsabilidade ambiental das organizações e empreendimentos solidários.</p> <p>Trabalho final em formato de artigo científico a partir dos resultados encontrados no desenvolvimento do projeto de Culminância pelos cursistas, contemplando a Área de Metodologias e Inovações, subárea de conhecimento, Educação Ambiental e Sustentabilidade.</p>	<p>LEMOS, H. M. Responsabilidade Socioambiental. FGV, 2013.          LEFF, Henrique. Epistemologia Ambiental. 4 ed. São Paulo: Cortez.2007.          MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria C.; VINHA, Valéria de. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 2003.          SEIFFERT, Mari E. B. Gestão Ambiental – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas. 2007.          SHIGUNOV Neto, Alexandre.; CAMPOS, Lucila M. de S.; SHIGUNOV, Tatiana. - Fundamentos da Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna. 2009.          VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. (Garamond universitária).          ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e Responsabilidade Social: CM ISO 26.000 sustentabilidade, modelo EWthos e MEG. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b>          RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.          BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. (Coleção Polêmica)          BOLLMANN, Harry Alberto; MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak; BARRELLA, Walter. Indicadores ambientais: conceitos e aplicações. São Paulo: EDUC, 2001.          MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade social, instituições, governança e reputação. São Paulo: Thomson, 2006.          MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César Quintão. Responsabilidade social &amp; cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.</p>
--	--	---	--

## 8. CORPO DOCENTE

<b>Docente</b>	<b>CPF</b>	<b>Disciplina(s)</b>	<b>Titulação</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Currículo Lattes</b>
Iara Mesquita da Silva Braga	643.727.153-15	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	Doutora em Engenharia Têxtil	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/4662224405125317">http://lattes.cnpq.br/4662224405125317</a>
Maria do Socorro Ferreira dos Santos	786.988.393-04	RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL	Doutora em Engenharia Química	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/4955570297591325">http://lattes.cnpq.br/4955570297591325</a>
Osvaldo Augusto Vasconcelos de Oliveira Lopes da Silva	004.920.333-90	SUSTENTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ENSINO	Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/0462282520355952">http://lattes.cnpq.br/0462282520355952</a>
Lineardo Ferreira de Sampaio Melo	011.172.163-65	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	Mestre em Ciências Geodésicas	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/5093957484886819">http://lattes.cnpq.br/5093957484886819</a>
Nilce Aparecida Vasques Serejo	363.950.567-00	PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE	Especialista em Ciências Ambientais	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/7545253175569484">http://lattes.cnpq.br/7545253175569484</a>
Geordy Souza Pereira	406.881.273-04	EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE	Doutor em Engenharia Mecânica	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/1287499167497435">http://lattes.cnpq.br/1287499167497435</a>
Artemisia Lima Caldas	110.655.753-00	METODOLOGIAS DE PESQUISA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Doutora em Engenharia Têxtil	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/2162150040759246">http://lattes.cnpq.br/2162150040759246</a>
Leonardo Ramon Nunes de Sousa	631.560.403-04	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO	Doutor em Engenharia Elétrica e Computação	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/0049005872026591">http://lattes.cnpq.br/0049005872026591</a>
Antônio Francisco Lima de Oliveira Pádua	742.535.493-49	AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO ENSINO-	Mestre em Tecnologia e Gestão	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/4798683027793177">http://lattes.cnpq.br/4798683027793177</a>



		APRENDIZAGEM NA SUSTENTABILIDADE	em Educação a Distância		
Emille Cristhine de Almeida Passos	017.692.143-56	PROCESSOS CRIATIVOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Mestra em Comunicação	UNIFACID	<a href="http://lattes.cnpq.br/4584094719080175">http://lattes.cnpq.br/4584094719080175</a>
Geordy Souza Pereira	406.881.273-04	GESTÃO DE PROJETOS EM SUSTENTABILIDADE	Doutor em Engenharia Mecânica	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/1287499167497435">http://lattes.cnpq.br/1287499167497435</a>
Maria do Socorro Ferreira dos Santos	786.988.393-04	PROJETO CULMINÂNCIA	Doutora em Engenharia Química	UFPI	<a href="http://lattes.cnpq.br/4955570297591325">http://lattes.cnpq.br/4955570297591325</a>

## 9. METODOLOGIA

A metodologia de ensino-aprendizagem do curso pauta-se na integração entre teoria e prática, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, a fim de que se possa estabelecer a produção do conhecimento por um viés interativo. Os componentes curriculares oferecidos contemplam conteúdos que fornecem a base teórico-prática necessária para que o profissional que busca qualificação em Educação Ambiental Sustentável possa atuar em sala de aula de acordo com os documentos oficiais que regem a atual política curricular da Educação Básica e a BNC-Formação Continuada.

Se utilizará durante os estudos neste Curso dá ênfase na vivência prática em Metodologias e inovações pelos cursistas, buscando preencher se necessário suas lacunas acadêmicas de formação inicial no que concerne à formação continuada interdisciplinar dos professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinos híbridos e de empreendedorismo. A realização de todo o processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso ocorrerá na modalidade presencial.

O corpo docente, formado por mestres e doutores, encarrega-se da elaboração de materiais pedagógicos contextualizados de acordo com as peculiaridades de cada componente curricular, valorizando as oportunidades de desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, podendo ser utilizado em síntese:

- Aulas presenciais expositivas e discursivas em que os conteúdos apresentados promovem a reflexão crítica por meio de Livros, Artigos Científicos, Reportagens sobre o conteúdo em geral.
- Utilização de metodologias ativas através da elaboração de projetos e proposta de soluções de casos problemas de acordo com a natureza da disciplina.
- Utilização do sistema SIGAA para acompanhamento de atividades com abordagem das metodologias ativas, portanto com situações de ensino e aprendizagem híbridas e de suporte acadêmico para o aluno.
- Uso dos laboratórios quando necessário.

Os estudantes, ao final do curso, deverão elaborar um trabalho final em formato de artigo científico a partir de um projeto de Culminância, que deverá contemplar a Área de Metodologias e Inovações, subárea de conhecimento, Educação Ambiental e Sustentabilidade, com apresentação oral das produções em evento, evidenciando as aprendizagens conquistadas pelos cursistas, a sua capacidade de exposição de ideias, de análise e de organização e

implementação de práticas inovadoras para o contexto da educação básica, portanto a ação será organizada para esse fim, visando estimular a criação, inovação e disseminação do conhecimento.

Os dez melhores artigos serão incluídos em uma coletânea de artigos, dando evidência ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares pelo Projeto em Rede: UFPI, UESPI e UNICAP.

## **10. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA**

Para a realização da pós-graduação Lato Sensu em Práticas educativas interventivas Socioculturais e Socioambientais sustentáveis, o Centro de Ciência da Educação - CCE (nas dependências físicas do Curso de Moda, Design e Estilismo), em Teresina – PI, disporá, em consonância com as normas previstas no referido Centro, de uma sala de coordenação, apoio presencial com sala de aula, laboratório de informática e de outros espaços físicos, como o auditório.

No aspecto da Infraestrutura Tecnológica o curso conta com:

- Salas de aula modernas com equipamentos de multimídia (projektor, lousa interativa);
- Biblioteca física;
- Rede wi-fi gratuita para alunos;
- Salas de aula climatizadas equipadas com projetor multimídia;
- Laboratório de informática com computadores com acesso a internet.
- Laboratório de impressão 3D (Centro de Tecnologia)
- Laboratório de Projetos Sustentáveis (Centro de Tecnologia)
- Plataforma de ensino digital SIGAA;
- Livros digitais disponibilizados Plataforma de Ensino Digital;
- Tutoria on-line com suporte de professores Especialistas, mestres e doutores que atuam na área.

## **11. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O uso pedagógico das tecnologias educacionais, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos requer procedimentos de avaliação da aprendizagem dos cursistas em seu desenvolvimento integral por meio de instrumentos avaliativos formativos os mais variados possível, entre eles: Portfólios, Rubricas, Autoavaliações, Feedbacks, Estudos dirigidos, considerando o estudante como protagonista do processo de aprendizagem, mantendo a coerência neste processo formativo construído com base na homologia de processos BNCC (Brasil, 2018) e BNC-Formação Continuada (Brasil, 2020), ou seja, que os cursistas vivenciem experiências semelhantes àquelas que realizarão com os seus estudantes da educação básica, como uma possibilidade a estruturada na Resolução N° 3, de 21/2018, documento que Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Art. 8° que as propostas curriculares do ensino médio devem:

III - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes;

IV - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades online, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores e atividades orientadas.

Portanto, os cursistas serão avaliados por meio de instrumentos próprios de verificação de aprendizagem, tais como avaliação diagnóstica, avaliação somativa, avaliações formativas por meio da elaboração e desenvolvimento de trabalhos próprios do ambiente acadêmico, com observância aos prazos estipulados. Os resultados das avaliações de aprendizagem serão expressos em nota, numa escala de zero a dez, exigindo-se média igual ou superior a 6,0 (seis) para aprovação. A Resolução N° 181 CEPEX/UFPI normatiza no que couber os procedimentos e critérios de avaliação da aprendizagem.

Os cursistas acompanharão o registro de seus rendimentos qualitativos e quantitativos na Plataforma SIGAA da UFPI realizados pelos docentes da Pós-graduação. Os casos omissos de quaisquer natureza serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Pós-graduação e Comitê de articulação do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares da UFPI.

## **12. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO**

A certificação obedecerá às normas da UFPI e no que couber os requisitos da Resolução N° 181 CEPEX/UFPI N° 181/2021. O certificado de conclusão do curso conferirá o título de Especialista em Práticas educativas interventivas Sociocultural e Socioambiental sustentáveis, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de pós-graduação lato sensu.

## REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018

BRASIL: **Lei nº 9394/96** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Brasília – DF. Diário Oficial da União nº 248 de 23/12/96.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf)

MEC/SEB, 2017. BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

**Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, CNE/CEB: **Resolução CNE/CP Nº 1/2021**, (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNP/CP Nº 3**, de 21 de novembro de 2018, (Atualiza Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio). Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNP/CP** N° 4, de 17 de dezembro de 2018, (Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria MEC N° 1.432/2018**, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2018.

Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024/** Universidade Federal do Piauí. - Teresina: EDUFPI, 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEPEX/UFPI 181/2021**. Regulamenta a criação e oferta de vagas em Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, a nível de Especialização, realizados pelo CEAD/UFPI, por meio do Programa para formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC.